

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019.....	1
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	1
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	3
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	6
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	10
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	13
INVESTIMENTOS	23
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO.....	25
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	26
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	26
AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	27
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	28
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA	37
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	38
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	40
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	41
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	42
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	43
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	44
1. CONTEXTO OPERACIONAL	44
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	45
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	47
4. DAS CONCESSÕES	49
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	52
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	52
7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	52
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	53
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	54
10. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS - AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO	54
11. TRIBUTOS DIFERIDOS	56
12. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	58
13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	58
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	58
15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	60
16. FORNECEDORES	65
17. TRIBUTOS.....	65
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	66
19. ENCARGOS SETORIAIS.....	70
20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	71
21. PROVISÃO PARA LITÍGIOS	76
22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	82
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	83
24. RECEITA.....	87
25. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	88
26. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	88
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	89
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	90
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	92
30. SEGUROS.....	100
31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	101
32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	102
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	102
34. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	102
35. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	112
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	114
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	120
PARECER DO CONSELHO FISCAL	121

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações contábeis regulatórias e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Quando olhamos para o ano de 2019, é com satisfação que observamos os grandes progressos que fizemos nas diferentes dimensões. Apresentamos resultados crescentes em relação aos anos anteriores, sejam resultados financeiros, eficiência operacional ou o foco no atendimento aos nossos clientes.

Neste ambiente renovado da Empresa, fizemos a revisão do planejamento estratégico da Companhia, com a participação da alta Administração e do corpo gerencial, analisando as principais tendências globais no setor de energia e o posicionamento estratégico da Cemig D nesse ambiente, com os seus desafios e oportunidades.

Dentre as diretrizes estratégicas estabelecidas, destacamos o compromisso de investimento relevante em nosso *core business*, alavancagem financeira adequada e assegurar eficiência operacional, garantindo excelência no atendimento aos nossos clientes e aos requisitos regulatórios.

Para termos sucesso, o envolvimento, o comprometimento e o talento dos nossos empregados são fundamentais, sendo estabelecidas metas e indicadores específicos para que todos acompanhem o mapa estratégico e percebam a contribuição individual na execução da estratégia.

Em 2019, consolidamos um novo patamar de eficiência e rentabilidade, após um histórico de prejuízos em 2016 e 2017. Graças às ações de disciplina na gestão de custos, maior eficiência operacional e investimentos prudentes, homologados na última revisão tarifária, obtivemos um lucro de R\$1.493 milhão e LAJIDA de R\$2.057 milhões em 2019, um aumento de 292,89% e 34,62%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Entre as medidas de redução de custos, destaca-se a reestruturação organizacional ocorrida em 2019, com a redução de 25% dos cargos gerenciais e a implementação de Programa de Desligamento Voluntário, que teve a adesão de 407 empregados.

Entre as medidas que vêm sendo adotadas visando ao incremento de receita, destacam-se aquelas referentes à redução da inadimplência e das perdas não técnicas, através do aumento significativo do número de inspeções às unidades consumidoras, da renegociação de débitos em atraso e do aprimoramento no relacionamento com nossos clientes, sendo esperados benefícios e resultados significativos em 2020.

Importante mencionar que não nos esquecemos da qualidade de atendimento aos nossos clientes. Investimos cerca de R\$900 milhões em 2019, sendo que para 2020 estão previstos investimentos ainda superiores. Esses investimentos expressivos representarão um crescimento na receita da Companhia, ganhos na satisfação dos clientes e redução das despesas com operação e manutenção dos ativos, o que garantirá a continuidade de uma prestação de serviço de qualidade e eficiência em nossa área de concessão à população de Minas Gerais.

Um evento marcante em 2019 para o resultado foi o trânsito em julgado, favorável à Cemig D, da ação na qual questionávamos a incidência do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, representando créditos fiscais próximos a R\$5 bilhões. Desse montante, aproximadamente R\$2 bilhões são de propriedade da Cemig, que após os impostos, tiveram um efeito significativo em nosso lucro líquido, próximo a R\$1,2 bilhão, o que irá contribuir ainda mais para a redução acelerada dos nossos índices de endividamento. Ressalta-se que a Companhia conseguiu levantar, em fevereiro de 2020, R\$1,2 bilhão de depósitos judiciais registrados, contribuindo para a melhoria da liquidez da Companhia.

Os consumidores da Cemig D também foram beneficiados. As contas de energia já tiveram uma redução de 1% em média, a partir de junho de 2019, em função desse novo critério de mensuração das alíquotas do PIS/Pasep e Cofins, contribuindo de forma efetiva para a modicidade tarifária. Adicionalmente, com o recebimento dos créditos fiscais e a partir da definição de critérios de ressarcimento pela Aneel, iniciaremos o processo de devolução aos consumidores de parte dos créditos, em montante próximo a R\$4 bilhões.

Somos reconhecidos como uma empresa sustentável, que se preocupa com o impacto das suas ações no meio ambiente e na sociedade. Além disso, somos a empresa que mais investe em cultura no Estado. A Cemig, nossa controladora, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual está presente desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Para 2020, temos um grande desafio para lidar com os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre nossas operações. Desde o início do período do isolamento social, na segunda quinzena de março, já verificamos nessas primeiras semanas uma queda no consumo de energia no sistema elétrico brasileiro próximo a 20%, o que terá efeitos em nossos resultados e também na arrecadação. A Companhia está mobilizada para lidar com esses efeitos, garantindo a continuidade das suas operações, a saúde dos seus empregados, discutindo com a Aneel e Ministério de Minas e Energia as ações de apoio ao setor elétrico e também iniciativas internas que garantam a preservação da sua liquidez. Estamos também apoiando iniciativas de apoio financeiro para a compra de respiradores e outros equipamentos para hospitais públicos de diversas regiões de Minas Gerais e confiamos que juntos seremos resilientes para superar essas dificuldades.

A Administração da Cemig D, seu corpo gerencial e qualificado grupo de empregados estão comprometidos e motivados para assegurar o progresso e a sustentabilidade das nossas operações, garantindo o retorno adequado aos acionistas e o atendimento às expectativas das demais partes interessadas.

Agradecemos o comprometimento e o talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país. Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 96% do Estado de Minas Gerais, atendendo um mercado de aproximadamente 8,5 milhões de unidades consumidoras em 774 municípios.

É a maior empresa distribuidora da América Latina, com 539.807 km de redes de distribuição, sendo 109.054 km em área urbana, 413.312 km de redes rurais e 17.441 km de linhas de distribuição, com 8.514 mil consumidores faturados em 2019.

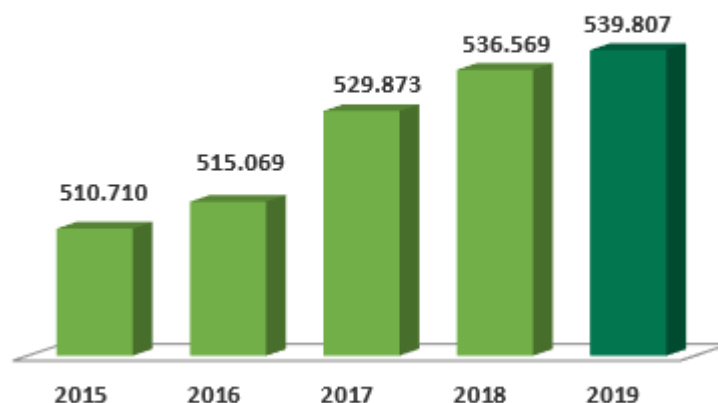
A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 667 mil consumidores neste perfil, o que representa 9,57% do total de consumidores da classe residencial.

Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas e Redes de Distribuição (Km)



Classe	Número de consumidores				
	2019	2018	2017	2016	2015
Cientes cativos					
Residencial	6.966.696	6.817.365	6.765.201	6.691.673	6.532.169
Industrial	29.875	72.341	73.833	74.535	75.085
Comercial	805.811	720.535	717.988	716.602	714.433
Rural	647.064	712.792	705.541	694.026	678.742
Poder público	66.855	64.322	63.477	63.483	62.854
Iluminação pública	6.677	6.418	6.137	5.667	4.146
Serviço público	11.906	13.431	12.976	12.548	11.038
Sub-total	8.534.884	8.407.204	8.345.153	8.258.534	8.078.467
Variação %	1,52	0,74	1,05	2,23	0,89
Cientes livres					
Industrial	707	574	531	443	310
Comercial	724	555	456	264	109
Rural	7	6	4	-	-
Concessionária (distribuidora)	3	3	3	3	3
TOTAL (*)	8.536.325	8.408.342	8.346.147	8.259.244	8.078.889
Variação %	1,52	0,75	1,05	2,23	0,89

(*) Exclui o consumo próprio

Comportamento do mercado

	Mercado atendido - GWh				
	2019	2018	2017	2016	2015
Energia faturada	25.902	25.539	25.382	26.244	26.746
Fornecimento	25.562	25.228	25.053	25.886	26.416
Residencial	10.538	10.266	10.008	9.916	9.830
Industrial	2.383	2.588	2.611	3.195	3.757
Comércio, serviços e outros	5.215	5.190	5.253	5.712	6.027
Rural	3.792	3.614	3.648	3.575	3.380
Poder público	905	871	866	886	892
Iluminação Pública	1.357	1.384	1.367	1.350	1.326
Serviço público	1.372	1.315	1.300	1.252	1.204
Suprimento agente distribuição	340	311	329	358	330
Uso da rede distribuição					
Consumidores livres	19.010	18.974	17.410	16.929	15.341
Industrial	17.688	17.793	16.417	16.338	14.896
Comercial	1.307	1.168	985	591	445
Rural	15	13	8	-	-
Total	44.912	44.513	42.792	43.173	42.087
Variação %	0,90	4,02	(0,88)	2,58	(5,25)

A distribuição de energia da Cemig D em 2019 foi de 44.912 GWh (44.413 GWh em 2018). Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e o residencial.

A energia total distribuída para essas classes representou 68,15% (44,69% do industrial e 23,46% do residencial) do volume de energia distribuída da Cemig D e totalizou 30.609 GWh, no ano de 2019 (30.647 GWh em 2018).

O consumo comercial representa 14,52% da energia distribuída pela Cemig D (14,28% em 2018) e totalizou 6.522 GWh em 2019 (6.358 GWh em 2018), representando acréscimo de 2,58% em comparação ao ano anterior.

Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição

R\$ mil	2019 Realizado	2020 Projetado	2021 Projetado	2022 Projetado	2023 Projetado	2024 Projetado
Plano de Investimentos 2020	810.688	1.287.604	2.028.320	1.815.302	1.215.792	1.035.101

R\$ mil	2019 Projetado	2020 Projetado	2021 Projetado	2022 Projetado	2023 Projetado
Plano de Investimentos 2019	1.099.287	1.179.769	1.465.658	1.175.732	889.685
Variação %					

A diferença entre o projetado e realizado do ano de 2019 se deve pelos seguintes fatores:

- atraso no processo licitatório dos equipamentos para modernização da medição e dificuldades de mobilização das equipes executoras;
- atraso na entrega de transformador da Subestação Compacta Integrada pela empresa contratada para fornecimento de equipamentos e materiais, por motivo de reprovação em testes de inspeção;
- atraso no cronograma de empreendimentos sob responsabilidade de execução do acessante;
- realização do cronograma físico inferior ao planejado em função de atrasos na mobilização de equipes nas obras, provocados por transições contratuais, resultando em atrasos na realização financeira e capitalização das obras.

Em relação à projeção dos próximos anos, a diferença é motivada pela adequação à capacidade de investimentos da distribuidora.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação

AMBIENTE REGULATÓRIO

Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente no mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, há a revisão tarifária, no mesmo mês. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 28 de maio de 2019, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior.

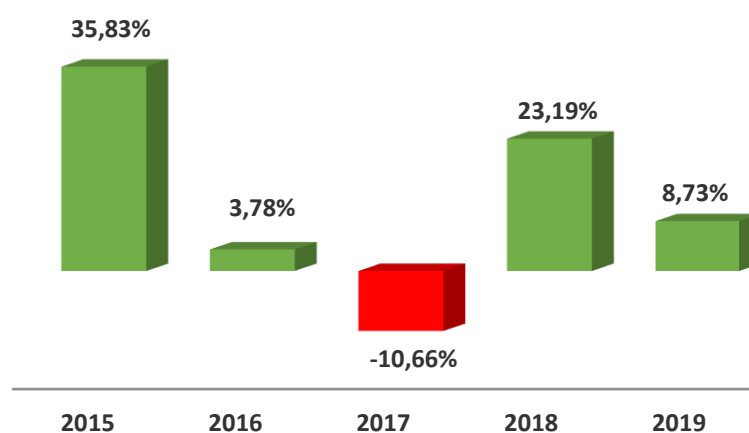
O aumento para o consumidor residencial foi de 7,07%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido foi de 10,71%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio foi de 7,89%.

Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 21,95% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 78,05% são repassados para cobrir a compra da energia (28,68%), encargos setoriais (12,84%), custo de transmissão (5,69%) e receitas irre recuperáveis (0,43%), chamados de Parcela A, além dos tributos representados pelo ICMS (24,36%) e PIS/Pasep e Cofins (6,05%). Conforme determina a Constituição Federal, a Cemig D é obrigada a realizar a cobrança de tributos diretamente na conta do consumidor e repassá-los às autoridades competentes.

Também é cobrada a contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), cujos valores são definidos pelas prefeituras. A Cemig D apenas arrecada a taxa de iluminação pública e repassa para o município, que é o responsável pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig D, mais de 687 mil consumidores são rurais e cerca de 577 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

Reajustes Tarifários



Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 306 mil clientes em 2019, o que representa um aumento de 39,09% em relação ao ano de 2018 (220 mil clientes). Essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

Temos hoje 94,0% dos clientes de média tensão telemedidos, o equivalente a 12.540 instalações.

Gestão da arrecadação e adimplência

A Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para inibir o aumento da inadimplência. Entre as medidas adotadas, estão os contatos telefônicos, o envio de e-mail, SMS, carta de cobrança, a negativação dos clientes inadimplentes, a cobrança judicial e o corte no fornecimento de energia. Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia realizou mais de 1 milhão de interrupções de fornecimento (corte) nas diversas classes de consumo.

Em paralelo, foram ainda oferecidas aos seus clientes a oportunidade de regularização dos débitos, lançando uma campanha na qual ofereceu condições especiais de negociação (“Você em dia com a Cemig”) e por meio da “Semana de conciliação no Tribunal de Justiça de Minas”.

Com relação às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, destaca-se a redução do valor de R\$271 milhões, registrados em 2018, para o valor de R\$199 milhões em 2019.

Para 2020, está prevista a implementação efetiva de novas ferramentas de cobrança, como:

- plataforma tecnológica de solução de conflitos extrajudiciais para negociação de débitos;
- protesto de títulos de dívida em cartório;
- contratação de empresa parceira especializada em cobrança de débitos complexos.

Dessa forma, com a intensificação da aplicação das ferramentas de cobrança de débitos, a Companhia está confiante na tendência de redução dos índices de inadimplência para os próximos anos.

Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição - IPTD em 2019 foi de 13,57% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando um acréscimo de 0,75 pontos percentuais em relação ao resultado de 2018, de 12,82%. O IPTD de 2019 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 4,80% de perdas não técnicas. Esse resultado está acima da meta estabelecida pela Aneel para a Cemig D para o ciclo tarifário vigente (2018 a 2022), que em 2019 é de 11,49% e no final de 2022 será de 11,23%.

Destaca-se a melhoria obtida pela Companhia na cobertura regulatória de perdas técnicas, as quais correspondem às perdas relativas ao processo de transporte e transformação de energia ao longo dos equipamentos e linhas de transmissão e distribuição. A cobertura aumentou de 7,84% no 4º ciclo tarifário (2013 a maio de 2018) para 8,77% no 5º ciclo tarifário (2018 a 2023) o que representa um expressivo aumento na receita financeira, da ordem de R\$90 milhões anuais.

A redução nas perdas técnicas tem sido proporcionada a partir da implantação de diversas obras de reforço do sistema elétrico em alta, média e baixa tensão.

As perdas não técnicas correspondem à energia consumida e não faturada devido a fraudes, ligações clandestinas, deficiência em medição, erros de cadastro, dentre outros, e são normalmente expressas em relação ao mercado faturado de baixa tensão (base adotada pela Aneel), sendo que o resultado em 2019 para as perdas não técnicas foi de 12,48% (acréscimo de 0,83 p.p. em relação ao resultado de 2018, de 11,65%), considerando uma meta regulatória de 7,04%.

Buscando a estabilização e redução dos níveis de perdas não técnicas, a Companhia intensificou a realização de ações de combate nos últimos anos. Em 2019, foram promovidas pela Companhia diversas ações, destacando-se a realização de 306 mil inspeções em unidades consumidoras em todo o estado de Minas Gerais, o que representa um aumento de 65% em relação à quantidade física de inspeções realizadas em 2018 (185 mil inspeções). Essas inspeções correspondem a um incremento de faturamento anual de cerca de R\$88 milhões para a Companhia.

Adicionalmente, em 2019 foram realizadas outras diversas ações para mitigação das perdas não técnicas, como: mutirões de inspeções em pontos estratégicos da capital e interior do estado com cobertura da mídia, várias operações de retirada de ligações clandestinas de energia, elaboração de mais de 100 pedidos de criminalização de fraudadores contumazes às autoridades competentes, monitoramento remoto de grandes clientes em alta, média e baixa tensão (total de 12,5 mil clientes de média tensão e 12,6 mil clientes de baixa tensão telemedidos) o que representa blindagem de cerca de 45% do faturamento da distribuidora, modernização do parque de medição com a substituição de 86 mil medidores obsoletos.

Além disso, com o objetivo de atingir o enquadramento da Cemig D nas perdas regulatórias para os próximos anos, a Companhia possui um amplo Plano de Recuperação de energia em andamento (horizonte de 2019 a 2022), sendo que para 2020 estão previstas as seguintes ações:

- execução de 775 mil inspeções em unidades consumidoras;
- ampliação da telemetria em clientes de baixa tensão, alcançando um total de 25 mil unidades telemedidas neste nível de tensão;
- substituição de 80 mil medidores obsoletos;
- fiscalização de 780 mil pontos de iluminação pública;
- regularização do fornecimento de energia de 20 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda;
- implantação de medidores inteligentes em 120 mil clientes de baixa tensão;
- substituição do sistema de comunicação de 1.600 clientes livres, permitindo maior confiabilidade e agilidade no faturamento.

Balço energético

As perdas totais de energia sobre a energia requerida manteve-se estável no exercício de 2019 em comparação a 2018, conforme demonstrado a seguir:

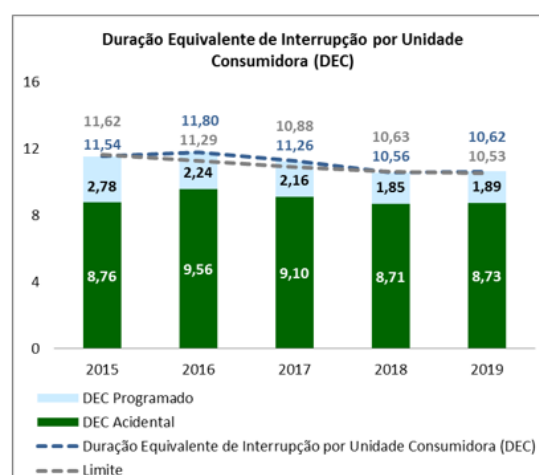
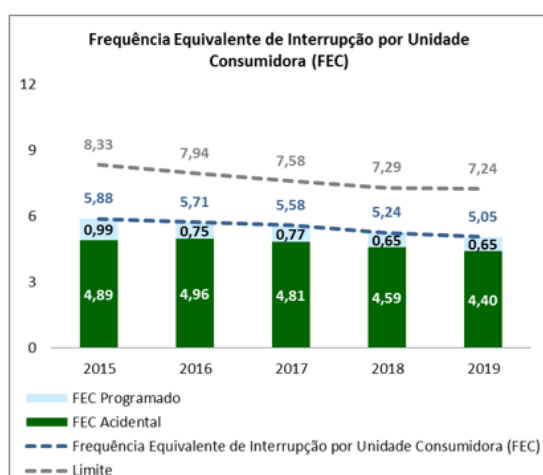
Em MWh	2019	2018	2017	2016	2015
Venda de energia	25.600.022	25.541.016	25.382.187	26.243.269	26.746.134
Fornecimento	25.600.022	25.229.870	25.053.444	25.885.245	26.415.817
Suprimento p/ agentes distribuição	-	311.146	328.743	358.024	330.317
Consumidores livres	19.350.933	18.974.453	17.409.500	16.928.493	15.340.672
Mercado atendido	44.950.955	44.515.469	42.791.687	43.171.762	42.086.806
Perdas na rede básica	508.504	500.011	508.371	524.805	528.263
Perdas na distribuição	7.004.817	6.861.882	7.017.378	6.198.632	5.933.209
Perdas técnicas	4.414.282	4.544.665	4.783.554	4.383.053	4.480.759
Perdas não técnicas - PNT	2.590.536	2.317.217	2.233.824	1.815.579	1.452.450
PNT / energia requerida total %	4,94%	4,46%	4,44%	3,63%	2,99%
Perdas totais - PT	7.513.321	7.361.893	7.525.749	6.723.437	6.461.472
PT / energia requerida total %	14,32%	14,19%	14,95%	13,45%	13,31%
Energia requerida total	52.464.276	51.877.362	50.317.436	49.895.199	48.548.278

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução contínua do indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) ao longo dos anos, tendo sido apurado o valor de 5,05 em 2019. O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), após melhora significativa entre 2016 e 2018, sofreu pequeno incremento em 2019, atingindo o valor de 10,62, o que levou a um índice ligeiramente superior ao limite regulatório neste ano.

Entretanto, a Companhia aumentou seus investimentos em manutenção preventiva a fim de reduzir as interrupções de energia e melhorar a qualidade de atendimento aos seus consumidores, de forma a atender aos índices regulatórios futuros.



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 142 agências e 635 postos de atendimento. Em 2019 foram registrados 10,9 milhões de contatos através deste canal.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter). O número de contatos registrados em 2019 foi de 14,3 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço em caso de falta de energia, consultas a débitos e envio de leituras por meio de mensagens de texto - SMS. Em 2019 foram recebidas 2 milhões de mensagens.

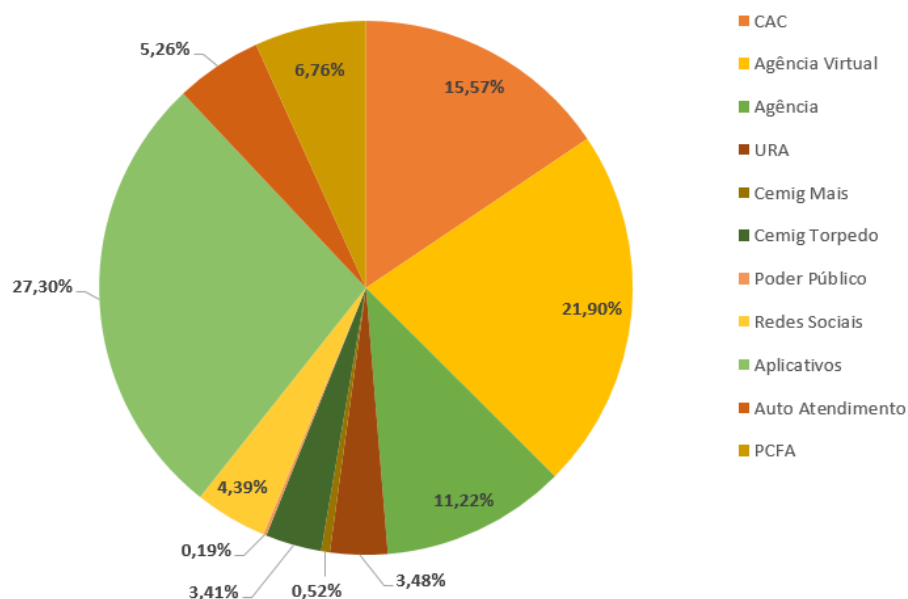
Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 16,6 milhões de contatos. Por meio das máquinas de autoatendimento (totens) foram realizados 3,2 milhões de contatos.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros.

O site conta ainda com atendimento segmentado, onde foram disponibilizadas áreas exclusivas para atendimento a clientes de Geração Distribuída, grandes clientes atendidos em média tensão, projetistas, dentre outros. A agência virtual da Cemig registrou em 2019 mais de 13 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig D teve cerca de 61 milhões de atendimentos em 2019, através dos seus diversos canais, o que representa 27% de aumento em relação ao realizado em 2018, que foi de 45,8 milhões de atendimentos.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2019:



Satisfação do consumidor

Em 2019 foi divulgado o resultado do Prêmio IASC na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras referente ao ano de 2018. Com a nota de 68,41, a Companhia avançou 4,04% na satisfação do cliente, posicionando-se acima da média Brasil Concessionárias (66,10) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (65,62).

Com este resultado, a Cemig D ocupou o quinto lugar entre as 10 maiores distribuidoras de energia da região sudeste.

Em fevereiro de 2020, a Aneel divulgou o resultado da pesquisa que avaliou a satisfação dos clientes das distribuidoras brasileiras referente ao ano de 2019, tendo a Companhia alcançado a nota 70,58, resultado que supera a meta estabelecida pela Agência e é o melhor obtido pela Companhia desde 2009. Tendo avançado 3,17% na satisfação do cliente em relação ao ano anterior, posicionou-se acima da média Brasil Concessionárias (67,38) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (67,78). O período de campo da pesquisa IASC/2019 aconteceu de 31 de julho até 29 de outubro, contando com 27.308 entrevistas em 596 municípios atendidos por 91 concessionárias e permissionárias.

O cumprimento da meta regulatória é resultado de um planejamento da Companhia, envolvendo todos os colaboradores, no qual a Cemig regularizou sua carteira de obras, reduziu os prazos de atendimento e está investindo na expansão e melhoria das redes. Além disso, os canais de atendimento estão mais eficientes e diversificados, ampliando a comunicação a diversos públicos, de forma mais próxima e humanizada.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

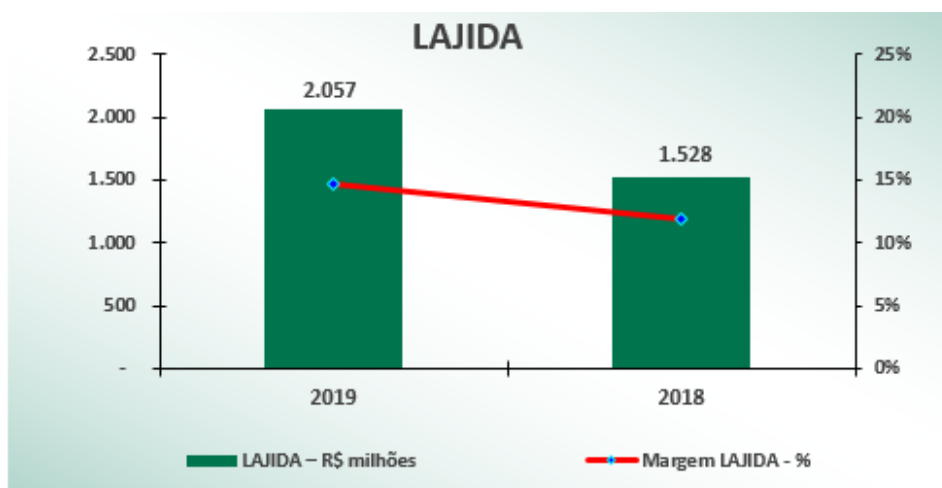
(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2019, um lucro de R\$1.493 milhões em comparação ao lucro de R\$380 milhões no exercício de 2018. As principais variações na comparação dos resultados de 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2019	2018	Var %
Resultado do exercício	1.493	380	292,89
Despesa de IR e contribuição social	728	137	431,39
Resultado financeiro líquido	(928)	187	-
Amortização	764	824	(7,28)
= LAJIDA	2.057	1.528	34,62



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais e Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2019 em comparação a 2018 deve-se, principalmente, ao reconhecimento de receita, no montante de R\$830 milhões, referente a ICMS sobre PIS/Pasep e Cofins, conforme nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis regulatórias.

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 11,82% em 2018 para 14,70% em 2019.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

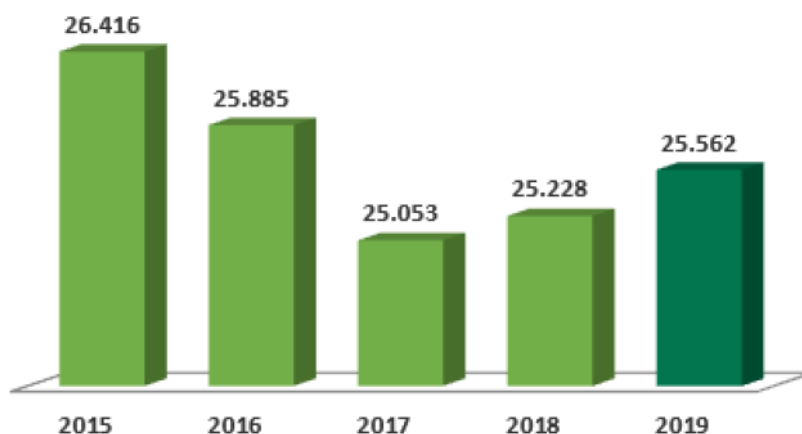
Receita Bruta	R\$ Mil	
	2019	2018
Fornecimento faturado	11.195	9.923
Energia elétrica de curto prazo	(6)	8
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	11.401	9.984
Consumidores cativos	8.654	7.917
Consumidores livres	2.747	2.067
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	176	2.018
Fornecimento não faturado	118	45
Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais	58	1.973
Serviços cobráveis	17	14
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.248	1.117
Outras receitas	-	84
Total	24.031	23.148

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica (compreende a receita de fornecimento faturado e não faturado e receita com consumidores cativos e livres) foi de R\$22.772 milhões em 2019, em comparação a R\$21.925 milhões em 2018, representando um aumento de 3,86%. Os principais impactos na receita em 2019 decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019;
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19%, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019);
- aumento de 1,32% no volume de energia vendida para consumidores finais.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	GWh (1)		
	2019	2018	Var %
Residencial	10.538	10.266	2,65
Industrial	2.383	2.588	(7,92)
Comércio, serviços e outros	5.215	5.190	0,48
Rural	3.792	3.614	4,93
Poder público	905	871	3,90
Iluminação pública	1.357	1.384	(1,95)
Serviço público	1.372	1.315	4,33
Total	25.562	25.228	1,32

(1) Informações sobre GWh não foram auditadas pelos auditores independentes

As principais variações na quantidade de energia vendida, por classe de consumo, são:

- aumento de 4,93% na quantidade de energia vendida para consumidores rurais em função, principalmente, de fatores climatológicos (menores volumes de chuvas e altas temperaturas) no início de 2019;
- aumento de 2,65% na quantidade de energia vendida para consumidores residenciais, 3,90% para o Poder Público e 4,33% para o Serviço Público devido, principalmente, à incorporação de novas unidades consumidoras;
- redução de 7,92% na quantidade de energia vendida para os consumidores industriais, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre e também da reclassificação de consumidores para as classes comercial e residencial.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2019, essa receita correspondeu ao montante de R\$2.747 milhões, comparada a R\$2.067 milhões em 2018, representando um crescimento de 32,90%. Esta variação decorre, principalmente, dos reajustes tarifários anuais, sendo o reajuste aplicado a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019), com impacto de aproximadamente 17,44%, e o aplicado a partir de 28 de maio de 2019 com impactos médio de 17,28% para os clientes livres.

Ativos financeiros setoriais

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis regulatórias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2019, reconheceu-se como receita o montante de R\$58 milhões, a serem repassados à Companhia, representando uma redução de 97,06% em relação ao montante de R\$1.973 milhões reconhecidos em 2018. A variação resulta, essencialmente, da natureza gráfica da conta de CVA, que pode assumir posição de despesa ou receita, a depender da oscilação dos custos não gerenciáveis incorridos no período em relação àqueles homologados pelo órgão regulador para composição da tarifa.

Esta variação decorre também dos menores custos com energia em 2019, em relação a 2018, devido ao aumento do GSF, o que representa menor exposição da Companhia ao risco hidrológico, aliado à redução do PLD médio em relação ao mesmo período do ano anterior, o que gerou um menor ativo financeiro a ser repassado à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Vide mais informações na nota explicativa nº 14 das demonstrações contábeis regulatórias.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$830 milhões, resultam do êxito em ação na qual a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis regulatórias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$10.040 milhões em 2019 comparados a R\$10.226 milhões em 2018, representando redução de 1,81%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.213 milhões em 2019 comparados a R\$2.450 milhões em 2018, o que representou uma redução de 9,67%. Esta redução é justificada pela antecipação da quitação do saldo devedor da conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR) em setembro de 2019 e pelo encerramento do recolhimento das quotas de CDE – Energia em março de 2019.

A Conta ACR foi criada pelo Governo Federal em 2014 com o objetivo de cobrir, total ou parcialmente, as despesas das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo (“MCP”) e pelo despacho de usinas termelétricas vinculadas aos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) por disponibilidade.

A quota de CDE – Energia é relativa ao ressarcimento do fundo CDE pelos recursos repassados às concessionárias de distribuição em 2013 para cobrir os gastos extraordinários de energia decorrentes da falta de lastro contratual e da condição hidrológica desfavorável. As quotas de CDE – Energia foram pagas apenas pelas distribuidoras que receberam recursos em 2013, com repasse às tarifas de energia pagas pelos consumidores cativos. O ressarcimento teve início em 2015 e se encerrou em março de 2019.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Os encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias foram de R\$294 milhões em 2019, em comparação a R\$654 milhões em 2018, representando uma redução de 55,05%.

Esta variação decorre, principalmente, do acionamento de bandeiras menos onerosas aos consumidores em 2019, em comparação a 2018, consequência do melhor regime hidrológico deste ano. Em 2019, operou-se com bandeira vermelha patamar 1 em três meses, enquanto em 2018 operou-se um mês com bandeira vermelha patamar 1 e cinco meses com bandeira vermelha patamar 2.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos não gerenciáveis – parcela “A”

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$7.517 milhões em 2019 comparados a R\$7.238 milhões em 2018, um crescimento de 3,85%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 18,58% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo o resultado da energia de curto prazo representado pelo saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2019, o resultado líquido foi despesa de R\$1.774 milhões, comparados a R\$1.496 milhões em 2018. A variação decorre, principalmente, da redução de 64,91% na quantidade de energia liquidada na CCEE em 2019, sendo de 652.539 MWh em 2019, comparada a 1.859.448 MWh em 2018;
- redução de 10,13% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.053 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$3.397 milhões no exercício de 2018. Essa redução decorre da substituição, em 2019, de contratos com preços mais altos por outros menos onerosos;
- aumento de 8,17% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física, que foram de R\$755 milhões em 2019 comparado a R\$698 milhões em 2018. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 12,02% no preço médio de MWh (R\$101,67 em 2019 e R\$90,76 em 2018).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 25.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.459 milhões em 2019, comparados a R\$1.463 milhões em 2018.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela Aneel.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custos gerenciáveis – parcela “B”

Os custos gerenciáveis – parcela “B” foram de R\$3.723 milhões em 2019 em comparação a R\$3.518 milhões em 2018, representando um aumento de 5,83%. Os itens que apresentaram as maiores variações estão apresentados abaixo:

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$1.148 milhões em 2019 comparados a R\$334 milhões em 2018, representando um aumento de 243,71%. As principais variações que explicam este aumento são:

- variação das provisões para contingências tributárias, que representou constituição líquida de R\$772 milhões em 2019, em comparação à reversão de R\$2 milhões em 2018. Esta variação decorre, basicamente, do reconhecimento, no 3º trimestre de 2019, de provisão relativa a processos administrativos e judiciais instaurados contra a Companhia, no montante de R\$764 milhões, nos quais se discute a incidências de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade. Mais detalhes na nota explicativa nº 21 das demonstrações contábeis regulatórias;
- variação das provisões para contingências trabalhistas, que representou constituição líquida de R\$92 milhões em 2019, em comparação a R\$24 milhões em 2018. Esta variação decorre, principalmente, de novas ações e reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, devido, sobretudo, a recentes decisões desfavoráveis. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais informações na nota explicativa nº 21 das demonstrações contábeis regulatórias;
- em contrapartida, houve redução de 26,57% nas provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), sendo uma despesa no montante de R\$199 milhões em 2019, em comparação a R\$271 milhões em 2018. Essa variação decorre de iniciativas de renegociação de débitos vencidos realizadas pela Companhia, neste ano, junto aos seus clientes. Adicionalmente, contribuiu para tal redução a adaptação da premissa de mensuração do histórico de inadimplência adotada pela Companhia na metodologia de apuração de PECLD, com o intuito de adequar a modelagem da matriz de provisão ao comportamento das dívidas dos seus clientes. Mais informações na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2019 foi uma receita financeira líquida de R\$902 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$187 milhões em 2018. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, em 2019, de receita financeira no montante de R\$1.034 milhões referente à atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, conforme nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis regulatórias;

- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira líquida de R\$105 milhões em 2019, comparada a R\$62 milhões em 2018. Esta variação decorre do maior montante homologado no reajuste tarifário de 2019, comparado ao montante homologado no reajuste tarifário anterior. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Vide mais informações na nota explicativa nº 14 das demonstrações contábeis regulatórias.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 das demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, em 2019, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$728 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.220 milhões.

Em 2018, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$137 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$516 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 12 das demonstrações contábeis regulatórias.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$234 milhões, em comparação a R\$451 milhões em 31 de dezembro de 2018, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2019 totalizou R\$1.144 milhões comparado ao consumo de caixa líquido de R\$754 milhões em 2018.

Essa geração de caixa decorre, principalmente, do aumento do resultado registrado pela Companhia e da relação entre os custos não gerenciáveis e os recebimentos tarifários, observada a partir do comportamento da Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros. Em 2018, a despesa com energia elétrica verificada foi maior, em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios, com conseqüente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas, resultando na elevação do preço de energia.

Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2019 e 2018 totalizou, respectivamente, R\$548 milhões e R\$902 milhões. Os investimentos em ativos da concessão foram de R\$916 milhões em 2019 na comparação com R\$735 milhões em 2018. Em contrapartida, ocorreu uma aplicação líquida de recursos em títulos e valores mobiliários de R\$167 milhões em 2018 na comparação aos resgates líquidos de R\$368 milhões em 2019.

Fluxo de caixa consumido (gerado) pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2019 totalizou R\$813 milhões, comparado ao caixa gerado de R\$1.586 milhões em 2018. O consumo de caixa pelas atividades de financiamento em 2019 decorre, basicamente, do pagamento de empréstimos e financiamentos em montante superior às novas captações de recursos. No exercício de 2018, ocorreu um adiantamento para futuro aumento de capital de R\$1.100 milhões.

Política de captação de recursos e gestão da dívida

Nos exercícios de 2017 e 2018, o refinanciamento da dívida da Companhia teve custos mais altos que os historicamente verificados, à luz do desafio de liquidez que se lhe impunha. Em 2019, por outro lado, a Companhia, beneficiando-se da reabertura do mercado de capitais e melhoria da sua estrutura financeira, concentrou esforços na redução dos custos e alavancagem financeira.

Em julho de 2019, a Cemig D realizou sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$3,66 bilhões, em duas séries, sendo a 1ª série no valor de R\$2,16 bilhões e juros remuneratórios de CDI + 0,454% a.a., com prazo de 5 anos, e a 2ª série no valor de R\$1,5 bilhão com correção monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,10% a.a., com prazo de 7 anos, perfazendo um custo médio equivalente estimado em 108,61% do CDI. Os recursos que se incorporam ao caixa da Cemig D se inserem no contexto de gestão do endividamento, permitindo substituir um conjunto de dívidas de igual valor, mais onerosas (custo médio equivalente a 144,13% do CDI) e com vencimentos concentrados em um horizonte temporal de 3 anos, por outra de menor custo e com amortizações diluídas nos próximos 7 anos, contribuindo para elevar o prazo médio do endividamento total da Cemig D de 2,9 anos para 5,1 anos.

Seguindo firme no propósito de melhorar a qualidade de seu crédito, a Cemig D amortizou um montante expressivo de dívidas em 2019, totalizando R\$4.173 milhões.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que, ao longo de 2019, as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Cemig D, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

A tabela a seguir evidencia a evolução das notas de crédito da Cemig D, de dezembro de 2018 para dezembro de 2019:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		

Moody's		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C	

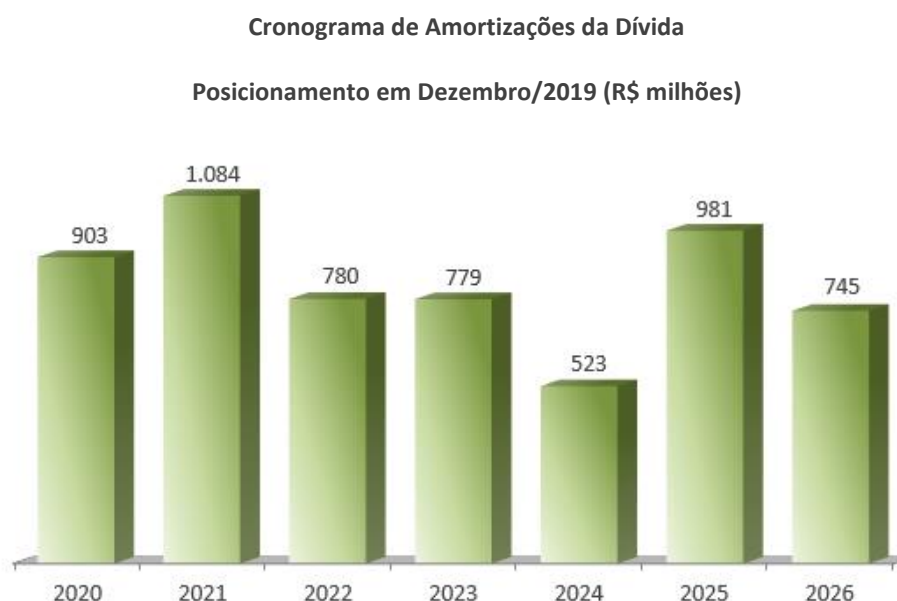
S&P		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 18 das demonstrações contábeis regulatórias.

A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados à 7ª emissão de debêntures, que limitam a capacidade de endividamento da Cemig D e da Cemig, como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento da *holding* e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

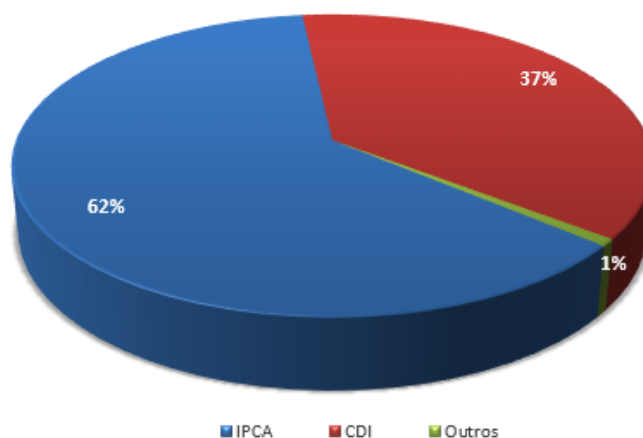
O endividamento da Cemig D, em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$5.795 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,9 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Cemig D é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, onde se percebe uma participação expressiva de dívida referenciada ao IPCA, principalmente em função da 7ª emissão de debêntures. O custo médio da dívida da Cemig D é de 3,28% a.a. a preços constantes e de 7,70% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2019



INVESTIMENTOS

Os investimentos em distribuição, no ano de 2019, somaram aproximadamente R\$916 milhões.

A Cemig D tem previstos investimentos de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Distribuidora - PDD, no período de 2018 a 2022, no montante de R\$6.397 milhões, objetivando a execução de obras na sua concessão. Considerando a depreciação regulatória, prevista para o mesmo período, de aproximadamente R\$4.200 milhões, esta diferença nos investimentos poderá ter como efeito positivo um aumento na base de remuneração regulatória da Cemig D em 2023 e consequente aumento da receita nesse período, considerando a compatibilidade dos investimentos, realizados de forma prudente, com o crescimento do mercado, de modo a não afetar a rentabilidade estabelecida na revisão tarifária.

Esse maior investimento também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica e redução dos custos com manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

Expansão do Sistema Elétrico - Subestações e Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, em 2019, foram investidos R\$154 milhões no sistema elétrico de distribuição da Cemig D de alta tensão.

No mesmo período, foram construídas e/ou ampliadas 8 subestações e construídos 40,7 km de linhas de distribuição.

Expansão do Sistema Elétrico - Redes (média e baixa tensão)

A Cemig D realiza os atendimentos às solicitações dos clientes de média e baixa tensão compreendidos nos 774 municípios de sua área de concessão por meio dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD. Este plano é dividido em macroprojetos, que estão relacionados aos diversos segmentos de obras para atendimento às demandas do PDD.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2019 foram realizados aproximadamente R\$145 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 528 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 213.203 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de 8.989 unidades consumidoras por meio da extensão de 2.179 km de rede de média e baixa tensão em 2019, perfazendo um total de R\$108 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos R\$151 milhões pela Companhia e R\$180 milhões pelos solicitantes no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão no ano de 2019. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 11.654 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que no ano de 2019 houve intervenções em 749 km de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$91 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros nas redes de distribuição. Em 2019 foram regularizadas 1.727 instalações, com um investimento de R\$15 milhões.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2019				
	2017 Realizado	2018 Realizado	2019 Realizado	2020 Projetado	2021 Projetado	2022 Projetado	2023 Projetado	2024 Projetado
AIS Bruto	2.205.860	848.916	810.688	1.287.604	2.028.320	1.815.302	1.215.792	1.035.101
Transformador de Distribuição	378.522	240.116	92.404	74.915	74.915	74.915	74.915	74.915
Medidor	93.020	64.191	84.101	153.689	278.457	207.451	92.381	94.163
Redes Baixa Tensão (<2,3kV)	1.111.648	498.906	491.432	683.887	583.480	588.325	506.532	510.206
Redes Média Tensão (2,3kV a 44kV)	1.848	25	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69kV)	19.762	4.821	-	8.987	4.546	-	500	-
Redes Alta Tensão (88kV a 138kV)	203.220	16.031	24.282	119.567	392.492	471.209	213.591	138.752
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	2.422	56	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	4.527	16	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69kV)	39.386	604	7.842	4.033	-	-	4.333	-
Subestações Alta Tensão (primário 88kV a 138kV)	284.561	16.622	101.630	226.763	684.610	463.637	315.197	208.723
Subestações Alta Tensão (primário >=a 230kV)	11	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	66.933	7.526	8.997	15.763	9.819	9.765	8.342	8.342
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(455.837)	(2.502.260)	(164.348)	(168.444)	(168.372)	(169.147)	(168.769)	(168.639)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D	(316.543)	(2.498.781)	(164.348)	(168.444)	(168.372)	(169.147)	(168.769)	(168.639)
Outros	(139.294)	(3.479)	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	(139.294)	(3.479)	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(3.479)	-	-	-	-	-	-

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 31 de julho de 2020, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário, no montante de R\$1.644 milhões:

- R\$82 milhões para a constituição de reserva legal;
- R\$255 milhões de juros sobre o capital próprio, declarados em 16 de dezembro de 2019;
- R\$605 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$19 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2019 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$682 milhões sejam retidos no patrimônio líquido para utilização, basicamente, no programa de investimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de nove integrantes efetivos, sendo oito indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante eleito pelos empregados, conforme previsto na Lei 13.303/2016. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Em 2019, foram realizadas 30 reuniões para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria, criado com a reforma do Estatuto Social em junho de 2018, e em conformidade ao disposto na Lei 13.303/2016, é órgão colegiado de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, tendo como funções o exercício de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações contábeis regulatórias, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por três integrantes, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Em 2019, foram realizadas 45 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é órgão permanente e constituído por cinco integrantes efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Suas atribuições são fixadas na legislação brasileira aplicável às sociedades anônimas, em especial a Lei 6.404/1976, e, quando com estas não conflitarem, nas leis dos países em que as ações da Cemig são listadas e negociadas. Em 2019, foram realizadas 15 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segre, em milhares de Reais:

Serviços	2019	% em relação à auditoria	2018	% em relação à auditoria
Auditoria de demonstrações financeiras	1.449	100%	1.323	100%
Auditoria de obrigações acessórias no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	220	15%	204	25%
Total	1.669		1.527	

Os serviços de auditoria de obrigações acessórias no SPED foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, sendo restritos à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesses.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como processo integrante das práticas de Governança Corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos permite administrar propriamente os riscos dos objetivos de negócios, permitindo influenciar e alinhar estratégia e performance em todas as áreas da empresa.

No ano de 2019, de forma a dar maior ênfase nas questões que envolvem a gestão de riscos e conformidade, foi criada uma diretoria adjunta de Compliance na Cemig.

Nesse sentido, foi aprovada em 2019, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a nova Matriz de Riscos Corporativos - *Top Risks* e de Riscos de *Compliance* vigente para os exercícios de 2019/2020.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesses, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores da Companhia, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda, a matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente, e os controles são testados e monitorados pela Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia e reportados periodicamente aos Conselhos da Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhoria a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à Cemig e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei Federal 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos relacionados às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica na Europa, Estados Unidos e em várias outras partes do mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Todas essas transformações afetam diretamente o setor energético e representam ao mesmo tempo ameaças e oportunidades para uma empresa como a Cemig. São mudanças que podem ser agrupadas em torno de três tendências, denominadas “3D”: 1) **D**igitalização, 2) **D**escarbonização e 3) **D**escentralização que colocam novos tipos de demandas sobre o setor elétrico, vindas da sociedade, de outros setores da economia e do próprio governo, através de suas agências regulatórias.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig D implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- aumentar a capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- definir estratégias para a execução de Projetos de P&D a curto, médio e longo prazo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

Em 2019 foram contratados seis projetos resultantes de um edital específico associado aos “3D”, denominado Cemig 4.0, contemplando as seguintes iniciativas:

- Gestão Inteligente da cadeia de fornecedores;
- Inteligência na experiência do usuário;
- Gestão de Ativos;
- Recursos energéticos distribuídos;
- Centro de Operação da Distribuição do Futuro.

Em 2019, a Cemig Distribuição investiu mais de R\$54 milhões, em 43 projetos de P&D.

Programa de Eficiência Energética

A Companhia, historicamente, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar a população sobre o correto uso da energia elétrica.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual de 0,4% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.

O Programa de Eficiência Energética da Cemig D mantém um grande número de projetos em execução, chegando a 44 iniciativas em execução no final do ano de 2019. Compõem este portfólio projetos advindos das Chamadas Públicas realizadas anualmente pelo programa e também projetos construídos diretamente pela Companhia.

Em 2019, o programa investiu aproximadamente R\$86 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D. A Companhia também aprovou, por meio do seu Conselho de Administração, o orçamento total de R\$457 milhões para o ciclo 2020/2024 a serem investidos exclusivamente em ações de eficiência energética.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social, inovação e geração de oportunidades para o negócio da Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, escolas, comunidades de baixa renda e iluminação pública.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cemig Distribuição possui a política de comunicação com a comunidade e o plano de comunicação da empresa que, juntos, integram o conjunto de estratégias de comunicação adotadas pela Companhia no relacionamento com as comunidades, direcionando o diagnóstico socioambiental elaborado para cada projeto ou programa.

Alguns projetos de destaque no ano de 2019 são:

Programa de Concessão de Donativos: Por meio do programa de concessão de donativos, a Cemig concede às instituições filantrópicas que promovem assistência social e saúde, de forma gratuita, até 25% de dedução na fatura de energia elétrica, após a aplicação da respectiva tarifa vigente, limitado a um teto. Em 2019, 947 entidades foram beneficiadas, totalizando R\$6,2 milhões em deduções nas contas de energia das entidades que possuem o benefício. Com o programa, é gerada uma economia para as instituições, que pode ser utilizada para o bem-estar social. Por outro lado, a Companhia diminui perdas com inadimplência, uma vez que só podem receber o benefício as instituições que estão adimplentes com a Cemig.

Programa de Voluntariado Empresarial: O programa engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas. O programa tem como finalidade estimular e difundir a solidariedade e o trabalho voluntário da força de trabalho, a fim de promover o desenvolvimento humano e contribuir com o bem-estar das comunidades onde atua, estando estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Em 2019, foram cedidas pela empresa 5.041 horas de trabalho de seus funcionários para planejamento e estruturação do programa, bem como visitas técnicas e participações em treinamentos, cursos e congressos. Dentro das ações executadas fora do horário de trabalho, os voluntários da Cemig doaram 2.518 horas do seu tempo.

O dia do voluntariado, “Dia V”, é uma data voltada para a mobilização e o incentivo à realização de ações solidárias, que acontece anualmente em uma comunidade previamente selecionada e é feito em parceria com várias empresas do grupo Cemig. Em 2019 a equipe coordenadora do Dia V analisou as necessidades e o trabalho realizado em diversas instituições e selecionou o Instituto BH Futuro, que atua em prol das comunidades carentes do Aglomerado da Serra, composto por oito vilas e população estimada de 40 mil habitantes. Cerca de 1.000 moradores da comunidade contaram com uma programação diversificada para toda as idades, elaborada pela equipe de voluntários a partir do perfil e das demandas da região. Foram arrecadadas mais de 2 toneladas de roupas, calçados, acessórios e brinquedos.

Programa de Apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições filantrópicas, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Os padrinhos que se inscrevem no Programa podem escolher quais instituições cadastradas desejam beneficiar e o valor a ser arrecadado na conta de luz.

Em 2019, 438 instituições receberam, aproximadamente, R\$66 milhões em doações. Com esse programa, a Cemig D estabelece uma parceria com a sociedade - clientes que se tornam padrinhos das instituições - para beneficiar a comunidade e, conseqüentemente, reforçar seu comprometimento com o desenvolvimento das comunidades locais. As instituições, por outro lado, recebem as doações de maneira segura, utilizando a infraestrutura e a capilaridade da Cemig.

Programa AI6%: o programa tem como um de seus objetivos despertar a consciência cidadã dos empregados quanto à possibilidade de utilizar os incentivos fiscais vinculados ao imposto de renda de pessoa física e jurídica, amparado pela Lei Federal 8.069/90, em prol de projetos que beneficiam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A Companhia também destina parte do seu imposto de renda devido aos projetos aptos a captarem recursos por meio do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, em conformidade com a legislação que regulamenta esta operação.

A campanha de 2019 do AI6% envolveu a participação de 1.546 empregados da Cemig que, voluntariamente, destinaram R\$1,16 milhão a 95 municípios para apoiar projetos de 181 instituições beneficentes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Cemig foi de R\$4,61 milhões. No total, foram destinados R\$5,77 milhões para atendimento a aproximadamente 27 mil crianças e adolescentes.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em campos de futebol amador e em quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e atividades culturais, principalmente no período noturno.

O investimento planejado para este programa foi de aproximadamente R\$15 milhões, os quais foram utilizados para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 356 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, foram concluídos 227 campos e 42 quadras. O investimento em 2019 foi de R\$1,8 milhões.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o comprometimento da empresa com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior apoiadora da cultura do Estado de Minas Gerais, com investimentos próximos a R\$15,91 milhões em 2019, sendo uma das prioridades da Empresa em Cidadania Corporativa, contribuindo para a geração de oportunidades de lazer, na composição crítica e desenvolvimento humano.

Saúde e social

A Cemig D destinou R\$9,6 milhões no aprimoramento do atendimento às comunidades atendidas pelas instituições, em diferentes regiões de Minas Gerais, destacando-se o apoio a instituições hospitalares filantrópicas em Minas Gerais e cerca de 166 programas sociais.

Esportes

Em 2019, o total investido pela Cemig em Esportes foi de R\$3,4 milhões. Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas.

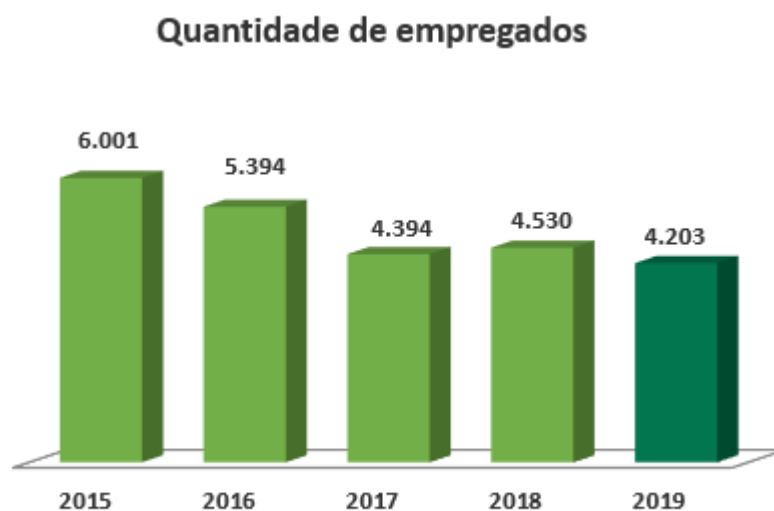
Para a Companhia, estes projetos fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig Distribuição segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos e promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário - PDVP nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução relevante no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.001 empregados em 2015 para 4.203 em 2019, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Companhia no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com os benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados, realizando de forma periódica a revisão do seu Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações.

Provimento de Pessoal

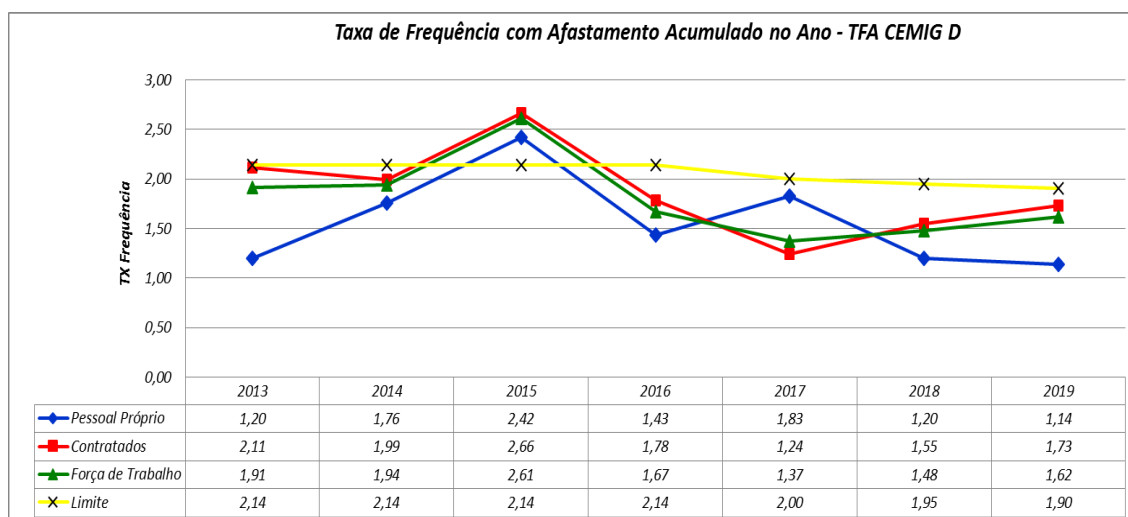
O provimento de pessoal da Cemig Distribuição é realizado por meio de processos de recrutamento interno (mobilidade) e externo (concurso público).

Em 2019, por meio de concursos públicos em vigor, a Cemig D viabilizou a admissão de 165 novos empregados, objetivando o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas. Essa medida visa garantir a segurança operacional de atividades essenciais e ainda suportar as ações empresariais, viabilizando a busca contínua do aumento da produtividade e eficiência operacional. A gestão de um *turnover* sustentável é essencial para que a Companhia possa atuar com competitividade em seu mercado, com custos de pessoal aderentes à realidade.

Considerando os desligamentos ocorridos em 2019 em função das adesões ao PDVP, houve a necessidade de avaliar a possibilidade de movimentações de pessoas para ajustar o quadro interno de determinadas áreas da organização, objetivando alavancar e garantir a continuidade do *know how* técnico de áreas que apresentaram saídas de pessoal de forma acentuada, principalmente, em decorrência de aposentadorias.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

O indicador medido da Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) da força de trabalho da Cemig D vem decaindo continuamente nos últimos anos, atingindo os menores índices historicamente já registrados na Cemig D. Apesar do aumento da taxa de acidentes em 2019 em relação a 2018, a Cemig considera que as contínuas ações e investimentos em segurança do trabalho permitirão manter reduzidas as taxas para toda a força de trabalho nos próximos anos.



COVID-19 – Coronavírus – Impactos para a Cemig

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagens nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e eventos nas instalações da Cemig, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico, com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Nesse contexto, a universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, através da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamentos para outras empresas, principalmente empreiteiras prestadoras de serviço para a Cemig Distribuição.

A UniverCemig buscou a capacitação profissional de 155 novos empregados próprios da Cemig D, sendo 61 eletricitas, 91 técnicos e 3 engenheiros, capacitando também 220 técnicos de inspeção de unidades consumidoras terceirizados.

A capacitação profissional dos novos empregados e os treinamentos de requisitos legais, principalmente a reciclagem bienal das normas NR10 e NR35, realizados em 2019, foram responsáveis por incremento na média de horas de treinamento presencial por empregado próprio, passando de 37,05 horas em 2018 para 58,87 horas em 2019. Neste ano foram viabilizadas 8.697 participações em treinamentos técnicos presenciais para empregados próprios da Cemig D, totalizando 247.445 homem-hora treinados.

A Cemig acredita que a capacitação de sua força de trabalho é fundamental para alcançar os objetivos estratégicos com sustentabilidade.

Meio ambiente

Em 2019, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$9,5 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Grupo de Acompanhamento do Plano de Adequação Ambiental.

Licenciamento ambiental

Além de ser uma obrigação legal, o licenciamento ambiental das atividades da Cemig visa garantir que sua expansão e operação ocorram em observância aos critérios ambientais e de sustentabilidade, em consonância com a Política Ambiental da Companhia.

O licenciamento ambiental pode ter caráter preventivo (no caso de empreendimentos novos) ou corretivo (empreendimentos instalados antes da obrigatoriedade do licenciamento ambiental).

Em 2019 foram obtidas nove licenças e autorizações de regularização de projetos da Cemig D, na categoria de Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental – DAIA. Todos os processos supracitados foram regularizados nas regionais do Instituto Estadual de Florestas – IEF, distribuídas pelo estado de Minas Gerais.

Gestão de resíduos

Em 2019 foram encaminhadas para destinação final 79,1 mil toneladas de resíduos industriais, tendo sido praticamente toda a sua totalidade alienada ou reciclada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor-Presidente
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretoria Cemig Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Paulo Mota Henriques	Diretoria sem denominação
Rafael Falcão Noda	Diretoria Cemigpar
Dimas Costa	Diretoria Cemig Comercialização
Eduardo Soares	Diretoria de Regulação e Jurídica

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente)	Germano Luiz Gomes Vieira (majoritário)
Marco Aurélio de Barcelos Silva (majoritário)	Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacomet (majoritário)	vago (majoritário)
Rodrigo de Mesquita Pereira (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
Cláudio Morais Machado (minoritários)	Carlos Roberto de Albuquerque Sá (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Márcio de Lima Leite	Não há
Roberto Tommasetti	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Luiz Nobre Ribeiro (Industrial)	José Ciro Motta
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem
José Geraldo de Oliveira Motta (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Ennia Rafael de Oliveira Guedes Bueno
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Tadahiro Tsubouchi
Ricardo Augusto Amorim Cesar (Procon)	Christiane Vieira Soares Pedersoli
Wantuil Dionísio Teixeira (Cemig)	Juliana Cardoso Amaral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Antônio Rodrigues dos Santos e Junqueira (majoritário)	Não há
Cledorvino Belini (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Romeu Donizete Rufino (majoritário)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialista)	Não há
Marcelo Gasparino da Silva (minoritário)	Não há
vago (minoritários)	Não há
Marco Aurélio Dumont Porto (representantes dos empregados)	Não há

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	234.346	451.304
Consumidores	8	2.990.083	2.876.096
Concessionárias e permissionárias	8	242.229	195.122
Serviços em curso		589.110	373.860
Tributos compensáveis	9a	29.101	53.841
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9b	235.745	165.061
Almoxarifado operacional		31.408	26.826
Investimentos temporários	7	111.155	408.924
Ativos financeiros setoriais	14	2.555.462	2.689.722
Despesas pagas antecipadamente		7.782	1.973
Outros ativos circulantes		446.787	469.861
TOTAL DO CIRCULANTE		7.473.208	7.712.590
Ativos de Operações Descontinuadas			
Bens Destinados à Alienação		11.307	5.055
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores	8	135.820	132.364
Concessionárias e permissionárias	8	70.412	75.161
Tributos compensáveis	9a	5.141.553	181.663
Depósitos judiciais e cauções	13	1.766.042	1.707.668
Tributos diferidos	11	1.831.491	1.348.837
Investimentos temporários	7	305	56.199
Ativos financeiros setoriais	14	875.231	1.040.730
Bens e direitos para uso futuro		94	94
Serviços em curso		44.975	209.130
Outros ativos não circulantes		31.934	34.506
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		5.534	5.541
Imobilizado	15	15.793.337	15.778.920
Intangível	15	423.327	394.682
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		26.120.055	20.965.495
ATIVO TOTAL		33.604.570	28.683.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	1.534.689	1.199.055
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	902.949	1.500.615
Obrigações sociais e trabalhistas		281.831	244.333
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio a pagar	23	822.183	267.435
Benefício pós-emprego	20	201.241	181.862
Tributos	17	192.731	297.725
Encargos setoriais	19	1.010.629	881.302
Passivos financeiros setoriais	14	1.915.301	2.042.848
Outros passivos circulantes		428.301	510.661
TOTAL DO CIRCULANTE		7.289.855	7.125.836
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	4.891.973	4.762.793
Benefício pós-emprego	20	4.359.058	3.220.182
Tributos	17	436	24.923
Provisão para litígios	21	1.221.151	439.889
Encargos setoriais	19	8.785	190.148
Passivos financeiros setoriais	14	633.778	606.911
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	17	4.193.329	1.123.680
Outros passivos não circulantes		13.460	13.108
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	22	6.459.183	6.561.337
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		21.781.153	16.942.971
TOTAL DO PASSIVO		29.071.008	24.068.807
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23	5.371.998	2.771.998
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.848.844)	(1.001.942)
Reservas de lucros		1.010.408	244.277
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.600.000
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.533.562	4.614.333
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.604.570	28.683.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
RECEITA	24	24.030.719	23.147.712
Fornecimento de energia elétrica		11.313.138	9.968.113
Energia elétrica de curto prazo		(6.561)	7.586
Disponibilização do sistema de distribuição		11.400.345	9.983.732
Ativos e passivos financeiros setoriais		57.988	1.973.064
Serviços cobráveis		17.351	13.915
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.248.458	1.117.210
Outras receitas		-	84.092
TRIBUTOS	24	(7.376.302)	(6.975.435)
ICMS		(5.417.298)	(4.821.866)
PIS/Pasep		(349.309)	(383.994)
Cofins		(1.608.939)	(1.768.648)
ISS		(756)	(927)
ENCARGOS – PARCELA "A"	24	(2.663.409)	(3.250.355)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(68.585)	(64.310)
Programa de eficiência energética – PEE		(68.584)	(64.309)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE		(2.213.435)	(2.450.044)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE		(18.801)	(17.222)
Encargos do consumidor bandeiras tarifárias		(294.004)	(654.470)
RECEITA LÍQUIDA		13.991.008	12.921.922
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	25	(8.975.817)	(8.700.995)
Energia elétrica comprada para revenda		(7.516.878)	(7.237.526)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.458.939)	(1.463.469)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		5.015.191	4.220.927
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(3.723.233)	(3.517.668)
Pessoal e administradores	26a	(1.328.808)	(1.239.892)
Materiais		(62.632)	(57.526)
Serviços de terceiros	26b	(1.015.880)	(880.318)
Arrendamentos e aluguéis		(83.753)	(71.530)
Seguros		(4.136)	(1.825)
Doações, contribuições e subvenções		(29.032)	(13.092)
Provisões	26c	(1.147.558)	(334.428)
Perdas na alienação de bens e direitos		(99.011)	(85.856)
(-) Recuperação de despesas		38.126	41.052
Tributos		(6.753)	(6.305)
Depreciação e amortização		(763.556)	(824.241)
Gastos diversos		(302.175)	(221.782)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS		830.343	-
Outras receitas operacionais		251.592	178.075
RESULTADO DA ATIVIDADE		1.291.958	703.259
Resultado financeiro	27	928.407	(186.898)
Receitas financeiras		1.662.588	603.506
Despesas financeiras		(734.181)	(790.404)
Resultado antes dos impostos		2.220.365	516.361
Tributos sobre o Lucro	12	(727.673)	(136.753)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.492.692	379.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Resultado do exercício	1.492.692	379.608
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(1.088.005)	(527.744)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	369.922	179.433
Ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	7.656	1.331.299
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	(2.603)	(452.642)
	(713.030)	530.346
Resultado abrangente do exercício	779.662	909.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Outros resultados abarregentes		Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva de reavaliação	Ganhos e perdas atuariais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.771.998	1.500.000	(433.787)	(927.185)	-	(24.212)	2.886.814
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 23)	-	1.100.000	-	-	-	-	1.100.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	379.608	379.608
Ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	-	-	878.657	-	-	-	878.657
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(348.311)	-	-	(348.311)
Resultado abrangente do exercício	-	-	878.657	(348.311)	-	379.608	909.954
Reserva legal	-	-	-	-	26.744	(26.744)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	9.237	(9.237)	-
Juros s/ capital próprio (R\$0,0424/ação)	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendos estatutários (R\$0,0773/ação)	-	-	-	-	-	(182.435)	(182.435)
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(171.316)	-	-	171.316	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	208.296	(208.296)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.771.998	2.600.000	273.554	(1.275.496)	244.277	-	4.614.333
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 23)	2.600.000	(2.600.000)	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	1.492.692	1.492.692
Ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	-	-	5.053	-	-	-	5.053
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(718.083)	-	-	(718.083)
Resultado abrangente do exercício	-	-	5.053	(718.083)	-	1.492.692	779.662
Reserva legal	-	-	-	-	82.218	(82.218)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	19.422	(19.422)	-
Juros s/ capital próprio (R\$0,1081/ação)	-	-	-	-	-	(255.000)	(255.000)
Dividendos estatutários (R\$0,2566/ação)	-	-	-	-	-	(605.433)	(605.433)
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(133.872)	-	-	133.872	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	664.491	(664.491)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.371.998	-	144.735	(1.993.579)	1.010.408	-	4.533.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		1.492.692	379.608
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Benefício pós-emprego	20	317.300	273.383
Depreciação e amortização		763.556	824.241
Provisões para perdas operacionais, líquidas	26c	1.147.558	334.428
Baixas (reversões) líquidas de intangível e imobilizado		29.518	32.325
Juros e variações monetárias		352.582	489.736
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos		25.737	12.606
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo atualização financeira		(1.821.153)	-
Ativos e passivos setoriais, líquidos	24	(57.988)	(1.973.064)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(115.335)	(77.853)
		2.134.467	295.410
(Aumento) redução de ativos			
Consumidores		(360.831)	(423.056)
Concessionárias e permissionárias		(42.358)	(73.656)
Subvenção baixa renda		650	(3.572)
Ativos financeiros setoriais, líquidos		362.469	908.604
Tributos compensáveis		(8.786)	52.060
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(19.755)	(12.411)
Depósitos judiciais e cauções		(38.458)	(53.479)
Reembolso subsídios tarifários		(11.203)	(9.125)
Outros		(19.288)	(57.614)
		(137.560)	327.751
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		322.580	(485.365)
Tributos		(207.641)	(233.934)
IR e CSLL a pagar		843.008	214.606
Obrigações sociais e trabalhistas		(62.191)	58.577
Encargos setoriais		(69.057)	(48.854)
Benefício pós-emprego	20	(247.050)	(221.236)
Outros		(96.629)	(56.959)
		483.020	(773.165)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		2.479.927	(150.004)
Juros pagos	18	(441.750)	(406.841)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(893.937)	(196.956)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.144.240	(753.801)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado e intangível		(915.671)	(734.549)
Investimentos temporários		367.718	(167.461)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(547.953)	(902.010)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos	18	3.626.722	941.735
Pagamentos de Empréstimos	18	(4.172.532)	(455.507)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(267.435)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	-	1.100.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(813.245)	1.586.228
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	451.304	520.887
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	234.346	451.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.537.040 consumidores em 31 de dezembro de 2019 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 34 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

Em 27 de abril de 2020, os representantes da Administração da Companhia autorizaram a emissão das demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 15 – Vidas úteis de ativos;
- Nota 20 – Benefícios pós-emprego;
- Nota 21 – Provisões para litígios;
- Nota 24 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 29 - Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº 2.8 das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido dos valores da reavaliação regulatória compulsória, ocorrida em maio de 2018, em função da 4ª revisão tarifária periódica. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com o IFRIC 12/ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada a construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo intangível e do ativo financeiro.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela Aneel.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2018, com base em Laudo de Reavaliação preparado pela empresa avaliadora em conjunto com a Companhia e está de acordo com os montantes homologados pela Aneel no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de maio de 2018.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração e nas normas estabelecidas pelo MCSE, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia, em consonância com as normas do MCSE, são: (i) consumidores com valores significativos, uma análise do saldo a receber é realizada levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia adota, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A Cemig D revisou em 2019 a premissa utilizada para cálculo dos percentuais históricos de inadimplência da matriz de provisão, que passou de 12 para 24 meses, com o objetivo de aprimorar a modelagem de apuração, tendo como base estudos sobre o comportamento da dívida dos seus clientes entre o período de 12 e 24 meses de vencimento, utilizando as ferramentas de cobrança existentes.

A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

4. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECi) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR^1 (-) juros da dívida² ≥ 0 ;
- $LAJIDA^3 \geq 0$ (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- $[LAJIDA (-) QRR] \geq 0$ (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- $\{Dívida líquida^4 / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (80\% \text{ da Selic})$ (até o término de 2019); e,
- $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (111\% \text{ da Selic})$ (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da Selic;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Contas bancárias	192.772	92.756
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	36.198	226.030
Overnight (2)	5.376	132.518
	41.574	358.548
	234.346	451.304

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 70% a 104% em 2019 (40% a 104% em 2018), conforme operação.
- (2) As operações de *Overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 4,39% a.a. em 2019 (6,39% a.a. em 2018).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2019	2018
Certificados de Depósitos Bancários (1)	221	196
Letras financeiras (LF) - Bancos (2)	95.204	308.370
Letras financeiras do Tesouro (LFT) (3)	13.900	147.372
Debêntures (4)	732	8.704
Fundos vinculados	1.195	155
Outros	208	326
	111.460	465.123
Ativo Circulante	111.155	408.924
Ativo Não Circulante	305	56.199

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual de 80% a 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), em 2019 (80% em 2018), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 101,95% a 113% do CDI (102,00% a 111,25% do CDI em 2018).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data do vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 108,25% a 113,00% do CDI em 2019 (104,25% a 151,00% do CDI em 2018).

A classificação destes investimentos temporários está apresentada na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Descrição	Valores correntes							Valores renegociados					Total 2019	Total 2018
	Corrente a vencer		Corrente vencida				PECLD	Renegociada a vencer		Renegociada vencida		PECLD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de energia	1.955.655	163.178	644.116	129.391	100.096	270.864	(451.703)	3.088	6.627	35.813	390.166	(121.388)	3.125.903	3.008.460
Residencial	615.397	41.334	404.773	63.033	9.219	45.158	(90.133)	2.131	4.628	12.468	99.770	(4.625)	1.203.153	1.199.099
Industrial	51.714	7.745	30.493	4.918	5.137	109.047	(142.630)	50	293	462	31.265	(14.945)	83.549	146.076
Comercial	280.455	86.822	102.816	16.729	11.967	6.225	(99.391)	506	903	2.451	115.970	(16.744)	508.709	462.809
Rural	130.000	7.726	70.878	14.239	14.815	9.943	(13.596)	329	730	3.068	30.649	(906)	267.875	272.726
Poderes públicos	49.813	7.308	37.493	27.531	54.600	100.479	(98.154)	31	39	17.149	90.949	(81.822)	205.416	171.119
Iluminação pública	782	1.215	-	230	592	-	(165)	6	19	51	221	(598)	2.353	13.589
Serviço público	57.681	10.912	6.500	2.417	3.711	-	(7.615)	34	8	141	21.128	(1.737)	93.180	93.217
Serviço taxado	928	116	1.436	294	55	12	(19)	1	7	23	214	(11)	3.056	3.391
Fornecimento não faturado	768.885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	768.885	651.013
Arrecadação em processo de classificação	-	-	(10.273)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.273)	(4.579)
Encargos de uso da rede elétrica	6.007	70.412	15.378	2.374	2.177	73.134	(54.787)	-	1.074	-	4.978	-	120.747	110.830
Suprimento / encargo rede não faturado	191.894	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	191.894	159.453
Total	2.153.556	233.590	659.494	131.765	102.273	343.998	(506.490)	3.088	7.701	35.813	395.144	(121.388)	3.438.544	3.278.743

A movimentação do ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	489.538
Constituições, líquidas	272.950
Baixas	(213.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	549.203
Constituições, líquidas	243.388
Baixas	(164.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	627.878

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

a) Tributos compensáveis

	2019	2018
Circulante		
ICMS a recuperar	25.743	34.724
Cofins	1.713	15.154
PIS/Pasep	1.301	3.659
Outros	344	304
	29.101	53.841
Não Circulante		
ICMS a recuperar (2)	215.189	181.663
Cofins (1)	4.047.607	-
PIS/Pasep (1)	878.757	-
	5.141.553	181.663
	5.170.654	235.504

(1) Créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes na nota explicativa nº 10.

(2) Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do imposto de renda da pessoa jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	2019	2018
Circulante		
Imposto de renda	163.015	106.970
Contribuição social	72.730	58.091
	235.745	165.061

10. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS - AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia obteve liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia manteve esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e, a partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia baixou os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011, e foi constituído um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito da empresa excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado da ação, a Companhia solicitou a liberação dos seus depósitos judiciais no montante de R\$1.181.808 em 31 de dezembro de 2019. Em 13 de fevereiro de 2020, como resultado da decisão do juízo da 7ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, a Companhia levantou os valores que se encontravam depositados em juízo no montante atualizado de R\$1.186.402.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos deve ser objeto de restituição aos seus consumidores considerando um período máximo aplicável para cálculo de tal devolução de 10 anos. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização, apresentado na nota explicativa nº 17.

Os valores referentes aos créditos da Companhia deverão ser restituídos aos consumidores a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, ainda pendentes de habilitação pela Receita Federal, sendo que deverão ser discutidos junto à Aneel os mecanismos e critérios de ressarcimento.

A Companhia possui duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal. A opção de compensação será priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias de 2019:

Créditos de PIS/Pasep e Cofins	
Efeitos no balanço patrimonial	
Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019)	4.926.364
Valores a serem restituídos a consumidores (1)	(3.037.989)
Impostos, taxas e contribuições (2)	(44.564)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(626.896)
Patrimônio Líquido	1.216.915
Efeitos no resultado do exercício	
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 24) (3)	830.343
Receita financeira (4)	1.034.352
PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira (4)	(20.884)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(626.896)
Lucro líquido no exercício	1.216.915

- (1) Valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS/Pasep e Cofins da Companhia reconhecidos em 2019. O montante total dessa rubrica, apresentado no balanço, alcança R\$4.193.329, sendo que a diferença, de R\$1.155.340, se refere à constituição do passivo correspondente à reversão da provisão vinculada aos valores depositados em juízo no período compreendido entre 2008 e 2011, registrada em 2017.
- (2) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos. As contribuições incidentes sobre os créditos a serem restituídos a consumidores reduzem o seu saldo, sem efeitos no resultado.
- (3) Referem-se aos valores reconhecidos no resultado operacional de 2019, no montante de R\$3.228.842, líquidos dos valores a serem restituídos aos consumidores, no montante de R\$2.398.499.
- (4) Inclui a atualização financeira desse a data do reconhecimento dos créditos até 31 de dezembro de 2019, líquida de PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira, no montante de R\$22.658.

No contexto da decisão judicial, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins nos faturamentos dos clientes da Companhia a partir de junho de 2019, representando uma redução média de aproximadamente 1% no valor das faturas.

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	2019	2018
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal/base negativa	-	253.692
Obrigações pós-emprego	1.411.395	996.506
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	235.367	206.943
Provisão para redução a valor recuperável	18.299	16.478
Provisões para contingências	351.827	149.562
Participação de empregados e administradores no resultado	51.330	17.434
Provisões operacionais	-	17.198
Taxa de administração	5.625	6.000
Outros	2.199	1.716
	2.076.042	1.665.529
Passivos fiscais diferidos		
Encargos financeiros capitalizados	(166.478)	(167.454)
Custo de captação	(3.514)	(8.803)
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	(74.559)	(140.435)
	(244.551)	(316.692)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.831.491	1.348.837

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.544.193
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	77.853
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	(273.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.348.837
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	115.335
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	367.319
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.831.491

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

Em 19 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucros tributáveis societários futuros da Companhia, tendo sido aprovado um ativo diferido societário no montante de R\$2.114.084. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal nesta mesma data.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido regulatório, existente em 31 de dezembro de 2019, conforme abaixo:

	2019
2020	314.570
2021	263.240
2022	263.240
2023	263.241
2024	263.241
2025 a 2027	425.106
2028 a 2029	283.404
	2.076.042

12. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2019	2018
Resultado antes dos impostos	2.220.365	516.361
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal	(754.924)	(175.563)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
JCP declarado	86.700	34.000
Incentivos fiscais	50.380	18.714
Contribuições e doações indedutíveis	(8.911)	(3.133)
Multas indedutíveis	(100.647)	(11.355)
Outros	(271)	584
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(727.673)	(136.753)
Alíquota efetiva	32,77%	26,48%
Corrente	(843.008)	(214.606)
Diferido	115.335	77.853

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	2019	2018
Trabalhista	280.542	262.715
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	11.105	10.796
PIS/Pasep e Cofins – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.181.808	1.148.604
IR/INSS indenização do anuênio (2)	202.042	196.885
Outros	34.113	35.590
	1.429.068	1.391.875
Outros		
Regulatório	20.326	19.599
Cível	6.725	5.704
Relações de consumo	4.412	4.192
Bloqueio judicial	6.502	5.647
Outros	18.467	17.936
	56.432	53.078
	1.766.042	1.707.668

- (1) Refere-se aos depósitos vinculados a litígio relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Esse depósito foi levantado pela Cemig D em 13 de fevereiro de 2020, no montante atualizado de R\$1.186.402. Maiores detalhes ver a nota explicativa nº 10 - Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS - Ação judicial com trânsito em julgado.
- (2) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisão para Litígios (indenização do anuênio).

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da CCRBT (*)	Saldos em 31/12/2019	Valores em amortização	Valores Constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	3.385.407	2.631.712	(2.787.518)	173.261	(362.469)	3.040.393	1.174.739	1.865.654	2.278.934	761.459
Aquisição de energia (CVAenergia)	2.696.038	2.048.243	(2.243.976)	131.078	(362.469)	2.268.914	873.706	1.395.208	1.699.204	569.710
Custo da energia de Itaipu	419.031	316.520	(305.603)	23.224	-	453.172	157.154	296.018	332.298	120.874
Proinfa	8.217	16.536	(14.485)	362	-	10.630	10.630	-	10.630	-
Transporte rede básica	24.261	115.297	(26.644)	925	-	113.839	-	113.839	67.355	46.484
Transporte de energia Itaipu	17.846	20.534	(14.819)	1.242	-	24.803	8.734	16.069	18.242	6.561
ESS	-	28.316	(7.993)	510	-	20.833	5.710	15.123	14.952	5.881
CDE	220.014	86.266	(173.998)	15.920	-	148.202	118.805	29.397	136.253	11.949
Demais ativos financeiros setoriais	345.045	247.338	(241.726)	39.643	-	390.300	111.674	278.626	276.528	113.772
Quota parte de energia nuclear	86.583	59.888	(72.289)	4.838	-	79.020	30.844	48.176	59.348	19.672
Neutralidade da parcela A	69.781	16.174	(67.969)	3.553	-	21.539	9.827	11.712	16.757	4.782
Sobrecontratação de energia	183.702	20.653	-	12.497	-	216.852	-	216.852	128.304	88.548
Outros	4.979	150.623	(101.468)	18.755	-	72.889	71.003	1.886	72.119	770
Total ativos financeiros setoriais	3.730.452	2.879.050	(3.029.244)	212.904	(362.469)	3.430.693	1.286.413	2.144.280	2.555.462	875.231

Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da conta ACR e da CCRBT (*)	Saldos em 31/12/2019	Valores em amortização	Valores constituição	Circulante	Não circulante
CVA passiva	(1.670.599)	(1.616.929)	1.527.806	(89.080)	-	(1.848.802)	(584.595)	(1.264.207)	(1.332.586)	(516.216)
Aquisição de energia (CVAenergia)	(1.132.586)	(1.308.257)	1.000.778	(62.985)	-	(1.503.050)	(395.567)	(1.107.483)	(1.050.828)	(452.222)
Custo da energia de Itaipu	-	(9.083)	5.334	-	-	(3.749)	(3.749)	-	(3.749)	-
Proinfa	43	(2.443)	(4.325)	778	-	(5.947)	(88)	(5.859)	(3.556)	(2.391)
Transporte rede básica	(5.575)	(37.290)	26.576	(1.906)	-	(18.195)	(18.157)	(38)	(18.180)	(15)
Transporte de energia Itaipu	-	(103)	60	-	-	(43)	(43)	-	(43)	-
ESS	(533.655)	(259.753)	500.604	(24.985)	-	(317.789)	(166.962)	(150.827)	(256.201)	(61.588)
CDE	1.174	-	(1.221)	18	-	(29)	(29)	-	(29)	-
Demais passivos financeiros setoriais	(979.160)	(603.028)	900.333	(18.422)	-	(700.277)	(297.830)	(402.447)	(582.715)	(117.562)
Quota parte de energia nuclear	-	(3.097)	1.818	-	-	(1.279)	(1.279)	-	(1.279)	-
Neutralidade da parcela A	(31.656)	(85.524)	56.535	(2.506)	-	(63.151)	(39.525)	(23.626)	(53.171)	(9.980)
Sobrecontratação de energia	(400.678)	(1.385)	321.261	(4.260)	-	(85.062)	(83.718)	(1.344)	(84.513)	(549)
Devoluções tarifárias	(94.358)	(189.575)	84.981	(2.244)	-	(201.196)	(32.084)	(169.112)	(179.246)	(21.950)
Outros	(452.468)	(323.447)	435.738	(9.412)	-	(349.589)	(141.224)	(208.365)	(264.506)	(85.083)
Total passivos financeiros setoriais	(2.649.759)	(2.219.957)	2.428.139	(107.502)	-	(2.549.079)	(882.425)	(1.666.654)	(1.915.301)	(633.778)
Total dos ativos e passivos financeiros Setoriais (líquido)	1.080.693	659.093	(601.105)	105.402	(362.469)	881.614	403.988	477.626	640.161	241.453

(*) Conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT: recursos destinados à cobertura tarifária vigente das variações dos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo. Os repasses da conta bandeira foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2019, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$362.469 (R\$793.822 em 2018) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

IMOBILIZADO	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2019			31/12/2018
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,76	38.883.328	(24.297.388)	14.585.940	14.826.113
Custo histórico		19.540.570	(8.218.348)	11.322.222	11.152.139
Reavaliação		19.342.758	(16.079.040)	3.263.718	3.673.974
Administração	10,41	693.916	(596.503)	97.413	130.464
Custo histórico		365.194	(284.955)	80.239	104.497
Reavaliação		328.722	(311.548)	17.174	25.967
TOTAL		39.577.244	(24.893.891)	14.683.353	14.956.577
Em curso					
Distribuição		965.437	-	965.437	701.129
Administração		144.547	-	144.547	121.214
TOTAL		1.109.984	-	1.109.984	822.343
TOTAL AIS + AIC		40.687.228	(24.893.891)	15.793.337	15.778.920

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (2)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada (1)	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018	Obrigações especiais brutas 31/12/2019	Amortização acumulada 31/12/2019	Obrigações especiais líquidas 31/12/2019
Distribuição	38.658.952	-	(601.717)	826.093	38.883.328	224.376	(24.297.388)	14.585.940	14.826.113	(9.778.289)	3.785.667	(5.992.622)
Terrenos	48.403	-	(1.006)	635	48.032	(371)	-	48.032	48.403	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	872.513	-	(1.263)	7.269	878.519	6.006	(498.824)	379.695	388.818	-	-	-
Máquinas e equipamentos	37.678.002	-	(572.294)	818.237	37.923.945	245.943	(23.767.905)	14.156.040	14.386.473	(9.778.289)	3.785.667	(5.992.622)
Veículos	26.946	-	-	-	26.946	-	(26.810)	136	167	-	-	-
Móveis e utensílios	33.088	-	(27.154)	(48)	5.886	(27.202)	(3.849)	2.037	2.252	-	-	-
Administração	828.254	-	(121.562)	(12.776)	693.916	(134.338)	(596.503)	97.413	130.464	(1.577)	1.308	(269)
Terrenos	4.200	-	-	(309)	3.891	(309)	-	3.891	4.200	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	135.395	-	(17.218)	(17.352)	100.825	(34.570)	(93.038)	7.787	12.709	-	-	-
Máquinas e equipamentos	521.706	-	(45.279)	4.596	481.023	(40.683)	(422.178)	58.845	73.017	(1.577)	1.308	(269)
Veículos	84.344	-	-	97	84.441	97	(68.358)	16.083	28.555	-	-	-
Móveis e utensílios	82.609	-	(59.065)	192	23.736	(58.873)	(12.929)	10.807	11.983	-	-	-
Subtotal	39.487.206	-	(723.279)	813.317	39.577.244	90.038	(24.893.891)	14.683.353	14.956.577	(9.779.866)	3.786.975	(5.992.891)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B) (1)	Transferências (C) (2)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018	Obrigações especiais brutas 31/12/2019	Amortização acumulada 31/12/2019	Obrigações especiais líquidas 31/12/2019
Distribuição	701.129	1.120.362	(2.665)	(853.389)	965.437	264.308	-	965.437	701.129	(466.289)	-	(466.289)
Máquinas e equipamentos	440.612	1.107.517	-	(777.224)	770.905	330.293	-	770.905	440.612	(466.289)	-	(466.289)
Outros	260.517	12.845	(2.665)	(76.165)	194.532	(65.985)	-	194.532	260.517	-	-	-
Administração	121.214	12.858	-	10.475	144.547	23.333	-	144.547	121.214	(3)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	110.272	4.591	-	(3.790)	111.073	801	-	111.073	110.272	(3)	-	(3)
Outros	10.942	8.267	-	14.265	33.474	22.532	-	33.474	10.942	-	-	-
Subtotal	822.343	1.133.220	(2.665)	(842.914)	1.109.984	287.641	-	1.109.984	822.343	(466.292)	-	(466.292)
Total do Ativo Imobilizado	40.309.549	1.133.220	(725.944)	(29.597)	40.687.228	377.679	(24.893.891)	15.793.337	15.778.920	(10.246.158)	3.786.975	(6.459.183)

(1) A Companhia tem registrado, no Ativo Imobilizado em Curso, provisão para redução do valor recuperável de determinados ativos de longa data que, no ano de 2019, apresentou movimentação de R\$2.665.

(2) O saldo refere-se às transferências de bens destinados à alienação.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)
AIS Bruto	37.678.002	-	(572.294)	818.237	37.923.945	245.943
Transformador de Distribuição	6.107.523	-	(184.496)	153.230	6.076.257	(31.266)
Medidor	1.654.907	-	(9.804)	67.678	1.712.781	57.874
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	19.617.621	-	(221.669)	449.757	19.845.709	228.088
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	57.970	-	(3.546)	325	54.749	(3.221)
Redes Alta Tensão (69 kV)	527.906	-	(1.798)	3.293	529.401	1.495
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	3.222.409	-	(2.469)	26.287	3.246.227	23.818
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	71.639	-	-	-	71.639	-
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	461.588	-	(1.094)	478	460.972	(616)
Subestações Média Tensão (primário de 69kV)	710.405	-	(11.454)	9.160	708.111	(2.294)
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	4.348.054	-	(78.898)	102.729	4.371.885	23.831
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	30.004	-	-	-	30.004	-
Demais Máquinas e Equipamentos	867.976	-	(57.066)	5.300	816.210	(51.766)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(9.613.941)	(1.423)	-	(162.925)	(9.778.289)	(164.348)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(9.463.358)	(1.423)	-	(162.925)	(9.627.706)	(164.348)
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	-	(42.051)	-
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	-	(97.243)	-
Outros	(11.289)	-	-	-	(11.289)	-
TOTAL	28.064.061	(1.423)	(572.294)	655.312	28.145.656	81.595

As adições ao imobilizado são como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material/ equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Outros gastos	Total
Terrenos	-	351	-	171	1.453	1.975
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	10.231	-	13	694	-	10.938
Máquinas e Equipamentos	593.262	397.525	96.996	21.205	3.120	1.112.108
Veículos	1.612	-	-	10	-	1.622
Móveis e Utensílios	212	-	-	2	-	214
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	1.144	1	-	-	1.145
Adiantamento a Fornecedores	-	3.095	-	-	-	3.095
Depósitos Judiciais	-	-	-	89	2.034	2.123
Total das adições	605.317	402.115	97.010	22.171	6.607	1.133.220

A composição do intangível é como segue:

INTANGÍVEL	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2019			31/12/2018
		Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	20	151.805	(7.329)	144.476	138.496
Custo histórico		132.849	(5.637)	127.212	121.228
Reavaliação		18.956	(1.692)	17.264	17.268
Administração	19,51	914.233	(806.118)	108.115	145.782
Custo histórico		619.258	(512.091)	107.167	143.225
Reavaliação		294.975	(294.027)	948	2.557
TOTAL		1.066.038	(813.447)	252.591	284.278
Em curso					
Distribuição		97.415	-	97.415	64.087
Administração		73.321	-	73.321	46.317
TOTAL		170.736	-	170.736	110.404
TOTAL AIS + AIC		1.236.774	(813.447)	423.327	394.682

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo intangível em serviço									
Distribuição	145.243	-	-	6.562	151.805	6.562	(7.329)	144.476	138.496
Serviços	137.862	-	-	6.562	144.424	6.562	(190)	144.234	132.180
Softwares	7.381	-	-	-	7.381	-	(7.139)	242	6.316
Administração	905.860	-	-	8.373	914.233	8.373	(806.118)	108.115	145.782
Softwares	905.845	-	-	8.373	914.218	8.373	(806.113)	108.105	145.771
Outros	15	-	-	-	15	-	(5)	10	11
Subtotal	1.051.103	-	-	14.935	1.066.038	14.935	(813.447)	252.591	284.278
Ativo intangível em curso									
Distribuição	64.087	40.017	(127)	(6.562)	97.415	33.328	-	97.415	64.087
Serviços	18.366	40.061	(127)	(6.562)	51.738	33.372	-	51.738	18.366
Softwares	1.188	(44)	-	-	1.144	(44)	-	1.144	1.188
Outros	44.533	-	-	-	44.533	-	-	44.533	44.533
Administração	46.317	35.377	-	(8.373)	73.321	27.004	-	73.321	46.317
Softwares	45.987	35.336	-	(8.373)	72.950	26.963	-	72.950	45.987
Outros	330	41	-	-	371	41	-	371	330
Subtotal	110.404	75.394	(127)	(14.935)	170.736	60.332	-	170.736	110.404
Total do ativo intangível	1.161.507	75.394	(127)	-	1.236.774	75.267	(813.447)	423.327	394.682

16. FORNECEDORES

	2019	2018
Energia de curto prazo - CCEE	389.220	114.896
Encargos de uso da rede elétrica (1)	149.887	121.571
Energia elétrica comprada para revenda	447.313	430.687
Itaipu binacional	242.766	268.004
Materiais e serviços	305.503	263.897
	1.534.689	1.199.055

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

17. TRIBUTOS

	2019	2018
Circulante		
ICMS	77.390	142.739
Cofins	68.253	102.900
PIS/Pasep	14.644	22.233
INSS	17.426	15.154
ISSQN	6.078	5.225
Outros	8.940	9.474
	192.731	297.725
Não circulante		
Cofins	375	21.439
PIS/Pasep	61	3.484
	436	24.923
	193.167	322.648
Valores a serem restituídos a consumidores		
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins (1)	4.193.329	1.123.680
	4.193.329	1.123.680

(1) Valores a serem restituídos a consumidores relativos aos créditos de PIS/Pasep e Cofins levantados pela Companhia. Detalhes na nota explicativa nº 10.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	1.842	-	16.209	18.051				
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos	1.842	-	16.209	18.051	Set/02	Recebíveis	USD	Diversas
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	94.416	806.691	4.875.764	5.776.871				
Eletrobrás IRD	11	521	640	1.172	Out/91	Recebíveis	UFIR	8,00%
Eletrobrás	-	3.513	-	3.513	Jul/11	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	2.187	-	2.187	Dez/11	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	1.929	-	1.929	Dez/11	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	1.311	3.605	4.916	Dez/11	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	875	2.399	3.274	Jan/12	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	874	2.403	3.277	Mar/12	Recebíveis	RGR	6,00%
CMM	1.197	-	1.187	2.384	Jun/00	Sem garantia	IGP-DI	6,00%
Serra da Fortaleza	1.011	1.277	910	3.198	Jul/95	Sem garantia	IGP-DI	6,00%
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão	43.585	524.727	540.633	1.108.945	Mar/13	Aval e Fiança	IPCA	4,70%
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão	42.109	-	948.784	990.893	Mar/13	Aval e Fiança	IPCA	5,10%
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão	4.083	270.000	1.890.000	2.164.083	Jul/19	Aval e Recebíveis	CDI	0,454%
Debêntures 2ª Série 7ª Emissão	2.420	-	1.516.622	1.519.042	Jul/19	Aval e Recebíveis	IPCA	4,10%
(-) Custos de Transação	-	(523)	(9.813)	(10.336)	-	-	-	-
(-) Deságio (1)	-	-	(21.606)	(21.606)	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	201.241	4.359.057	4.560.298				
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida	-	96.313	2.618.880	2.715.193	-	-	-	-
Forluz - Reserva Contratada	-	82.123	328.219	410.342	Jun/08	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	-	22.805	375.779	398.584	Abr/19	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Previdência Privada	-	-	1.036.179	1.036.179	-	-	-	-

(1) Deságio referente à 2ª série da 7ª emissão de debêntures.

	Data Próximo Pqto Juros	Freq. Pqto Juros	Data Próxima Amortiz.	Vencto Final	Freq.de Amortiz	Sistem. Amortiz	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					
							2021	2022	2023	2024	2025+	Total
Financ./Emprést. Moeda Estrangeira							-	-	-	16.209	-	16.209
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos	11/03/20	Semestral	15/04/24	15/04/24	Única	Bullet	-	-	-	16.209	-	16.209
Financ./Empréstimos Moeda Nacional							1.083.764	780.170	779.280	506.978	1.725.572	4.875.764
Eletrobrás IRD	15/02/20	Trimestral	15/02/20	15/05/23	Trimestral	SAC	348	206	86	-	-	640
Eletrobrás	30/01/20	Mensal	30/01/20	30/10/20	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-
Eletrobrás	30/01/20	Mensal	30/01/20	30/10/20	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-
Eletrobrás	30/01/20	Mensal	30/01/20	30/10/20	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-
Eletrobrás	30/01/20	Mensal	30/01/20	30/09/23	Mensal	SAC	1.311	1.311	983	-	-	3.605
Eletrobrás	30/01/20	Mensal	30/01/20	30/09/23	Mensal	SAC	874	874	651	-	-	2.399
Eletrobrás	30/01/20	Mensal	30/01/20	30/09/23	Mensal	SAC	874	874	655	-	-	2.403
CMM	31/03/20	Semestral	31/03/20	30/06/24	Semestral	SAC	(287)	590	590	294	-	1.187
Serra da Fortaleza	20/02/20	Semestral	20/02/20	18/02/21	Semestral	SAC	910	-	-	-	-	910
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão	15/02/20	Anual	15/02/22	15/02/25	Anual	SAC	540.633	-	-	-	-	540.633
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão	15/02/20	Anual	15/02/20	16/02/21	Anual	SAC	-	237.196	237.196	237.196	237.196	948.784
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão	15/01/20	Mensal	15/07/20	15/06/24	Mensal	SAC	540.000	540.000	540.000	270.000	-	1.890.000
Debêntures 2ª Série 7ª Emissão	15/06/20	Semestral	15/06/25	15/06/26	Anual	SAC	-	-	-	-	1.516.622	1.516.622
(-) Custos de Transação							(899)	(881)	(881)	(512)	(6.640)	(9.813)
(-) Deságio (1)							-	-	-	-	(21.606)	(21.606)
Dívidas com Fundo de Pensão							110.156	116.766	123.771	78.603	3.929.761	4.359.057
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.618.880	2.618.880
Forluz - Reserva Contratada	31/01/20	Mensal	31/01/20	30/06/24	Mensal	Price	87.051	92.274	97.810	51.084	-	328.219
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	01/01/20	Mensal	01/01/20	01/02/33	Mensal	Price	23.105	24.492	25.961	27.519	274.702	375.779
Forluz - Previdência Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.036.179	1.036.179

(1) Deságio referente à 2ª série da 7ª emissão de debêntures.

Companhia está adimplente com seus contratos de dívida.

A abertura dos ativos financeiros está apresentada a seguir:

31/12/2019	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexado r ou Juros	Spread % a.a.
Ativos Financeiros							
Caixa e Aplicações Financeiras							
Saldo final de caixa	-	192.772	-	192.772	Sim		
Aplic. Finan. - CDB	926	36.652	36	37.614	Sim	CDI	70% a 104%
Aplic. Finan. – Outros Fundos de Invest.	687	114.256	269	115.212	Sim	CDI	101,95% a 113%
Aplic. Finan. - Outros	9	199	-	208	Sim		
TOTAL	1.622	343.879	305	345.806			

As instituições financeiras estão adimplentes com as operações contratadas pela Companhia. Mais detalhes nas notas explicativas nº 6 e 7 destas demonstrações contábeis regulatórias.

A composição do endividamento e dívida líquida está apresentada a seguir:

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2019	Total 2018
Dívida bruta					
Financ. / emprést. moeda estrangeira	1.842	-	16.209	18.051	25.936
Financ. / emprést. moeda nacional	94.416	806.691	4.875.764	5.776.871	6.237.472
Fundo de pensão	-	201.241	4.359.057	4.560.298	3.402.044
	96.258	1.007.932	9.251.030	10.355.220	9.665.452
Ativos financeiros					
Alta liquidez	(944)	(233.402)	-	(234.346)	(451.304)
Demais aplicações financeiras	(678)	(110.477)	(305)	(111.460)	(465.123)
	(1.622)	(343.879)	(305)	(345.806)	(916.427)
Dívida líquida	94.636	664.053	9.250.725	10.009.414	8.749.025

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas								
Dólar Norte-Americano	1.842	-	-	-	16.209	-	-	18.051
Total por Moedas	1.842	-	-	-	16.209	-	-	18.051
Indexadores								
IPCA (1)	612.841	540.633	237.196	237.196	237.196	995.507	758.311	3.618.880
UFIR/RGR (2)	11.221	3.407	3.265	2.375	-	-	-	20.268
CDI (3)	274.083	540.000	540.000	540.000	270.000	-	-	2.164.083
IGP-DI (4)	3.485	623	590	590	294	-	-	5.582
Total por Indexadores	901.630	1.084.663	781.051	780.161	507.490	995.507	758.311	5.808.813
(-) Custos de Transação	(523)	(899)	(881)	(881)	(512)	(3.392)	(3.248)	(10.336)
(-) Deságio	-	-	-	-	-	(10.803)	(10.803)	(21.606)
Total Geral	902.949	1.083.764	780.170	779.280	523.187	981.312	744.260	5.794.922

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada em 2019 (%)	Varição acumulada em 2018 (%)	Indexador	Varição acumulada em 2019 (%)	Varição acumulada em 2018 (%)
Dólar Norte-Americano	4,02	17,13	IPCA	4,31	3,75
			CDI	5,97	6,40

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.682.691
Empréstimos obtidos	950.000
Custos de transação	(8.265)
Empréstimos obtidos líquidos	941.735
Variação monetária	89.891
Variação cambial	2.584
Encargos financeiros provisionados	409.264
Amortização do custo de transação	12.606
Encargos financeiros pagos	(406.841)
Amortização de empréstimos	(455.507)
Subtotal	6.276.423
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(13.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.263.408
Empréstimos obtidos	3.660.000
Custos de transação	(10.183)
Deságio na emissão de títulos (1)	(23.095)
Empréstimos obtidos líquidos	3.626.722
Variação monetária	90.814
Variação cambial	(7.854)
Encargos financeiros provisionados	397.362
Amortização do custo de transação	25.737
Encargos financeiros pagos	(441.750)
Amortização de empréstimos	(4.172.532)
Subtotal	5.781.907
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	13.015
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.794.922

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

A Companhia transferiu para o ativo intangível e imobilizado os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2019	2018
Encargos de empréstimos e financiamentos, incluindo a amortização de custos de transação	397.362	409.264
Encargos financeiros capitalizados nos ativos intangível e imobilizado (1) (nota 15)	(20.661)	(28.458)
Efeito líquido no resultado	376.701	380.806

(1) A taxa média de capitalização foi de 7,31% a.a. em 2019 (9,45% a.a. em 2018).

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	3.652.078
Recebíveis	2.098.943
Ações	37.147
Sem garantia	6.754
TOTAL	5.794.922

Captações de recursos no exercício

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série	Julho de 2019	2024	CDI + 0,454%	2.160.000
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série	Julho de 2019	2026	IPCA + 4,10%	1.500.000
(-) Custos de transação				(10.183)
(-) Deságio (1)				(23.095)
Total de captações				3.626.722

(1) Deságio na emissão das debêntures referente a 2ª série das debêntures.

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
		Manter índice igual ou inferior a:	Manter índice igual ou inferior a:	
		3,8 em 31/12/2019	3,5 em 31/12/2019	
		3,5 em 30/06/2020	3,5 em 30/06/2020	
		em diante	3,0 em 31/12/2020	
			em diante	
7ª emissão de Debêntures (1)	Dívida líquida / Ebitda ajustado			Semestral e anual

(1) O título descrito acima possui exigibilidade de cumprimento da cláusula restritiva em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta nota explicativa.

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

19. ENCARGOS SETORIAIS

	2019	2018
Passivo		
Eficiência energética	646.003	608.161
Pesquisa e desenvolvimento	320.904	322.386
Conta de desenvolvimento energético – CDE	-	83.871
Reserva global de reversão – RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	30.994
Taxa de fiscalização da Aneel	1.621	1.477
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	1.019.414	1.071.450
Passivo circulante	1.010.629	881.302
Passivo não circulante	8.785	190.148

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações contábeis regulatórias

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base 31 de dezembro de 2019.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$410.343 (R\$472.349 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2019, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits de 2015, 2016 e 2017 apurados no Plano A é de R\$398.584 (R\$273.462 em 31 de dezembro de 2018, referente aos déficits de 2015 e 2016). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para os déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, e até 2033 para o déficit de 2017. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Informações atuariais

2019	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	8.128.669	2.245.400	42.817	426.977	10.843.863
Valor justo dos ativos do plano	(6.314.174)	-	-	-	(6.314.174)
Passivo líquido inicial	1.814.495	2.245.400	42.817	426.977	4.529.689
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	30.610	-	-	-	30.610
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.845.105	2.245.400	42.817	426.977	4.560.299

2018	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	6.815.908	1.695.721	33.979	316.299	8.861.907
Valor justo dos ativos do plano	(5.551.636)	-	-	-	(5.551.636)
Passivo líquido inicial	1.264.272	1.695.721	33.979	316.299	3.310.271
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	91.773	-	-	-	91.773
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.356.045	1.695.721	33.979	316.299	3.402.044

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017	6.515.886	1.299.243	27.405	196.536	8.039.070
Custo do serviço corrente	2.084	7.041	166	1.087	10.378
Juros sobre a obrigação atuarial	592.723	124.332	2.548	18.538	738.141
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(874)	-	-	-	(874)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	287.205	293.986	5.877	20.038	607.106
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(39.066)	55.393	(266)	86.690	102.751
	247.265	349.379	5.611	106.728	708.983
Benefícios pagos	(542.050)	(84.274)	(1.751)	(6.590)	(634.665)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018	6.815.908	1.695.721	33.979	316.299	8.861.907
Custo do serviço corrente	361	10.367	233	1.821	12.782
Juros sobre a obrigação atuarial	592.913	150.712	3.021	28.433	775.079
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	4.177	228	12	(120)	4.297
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.258.739	421.416	8.086	97.749	1.785.990
Decorrentes de ajustes com base na experiência	5.007	60.471	(781)	(9.894)	54.803
	1.267.923	482.115	7.317	87.735	1.845.090
Benefícios pagos	(548.436)	(93.515)	(1.733)	(7.311)	(650.995)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	8.128.669	2.245.400	42.817	426.977	10.843.863

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	5.256.817
Retorno real dos investimentos	708.248
Contribuições do empregador	128.621
Benefícios pagos	(542.050)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	5.551.636
Retorno real dos investimentos	1.166.483
Contribuições do empregador	144.491
Benefícios pagos	(548.436)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	6.314.174

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2019 e 2018 são como segue:

	2019	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente		361	10.367	233	1.821	12.782
Juros sobre a obrigação atuarial		592.913	150.712	3.021	28.433	775.079
Rendimento sobre os ativos do plano		(470.561)	-	-	-	(470.561)
Despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial		122.713	161.079	3.254	30.254	317.300

2018	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	2.084	7.041	166	1.087	10.378
Juros sobre a obrigação atuarial	592.723	124.332	2.548	18.538	738.141
Rendimento sobre os ativos do plano	(475.136)	-	-	-	(475.136)
Despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial	119.671	131.373	2.714	19.625	273.383

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.298.969	1.299.243	27.405	196.536	2.822.153
Despesa reconhecida no resultado	119.671	131.373	2.714	19.625	273.383
Contribuições pagas	(128.621)	(84.274)	(1.751)	(6.590)	(221.236)
Perdas (ganhos) atuariais	66.026	349.379	5.611	106.728	527.744
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	1.356.045	1.695.721	33.979	316.299	3.402.044
Despesa reconhecida no resultado	122.713	161.079	3.254	30.254	317.300
Contribuições pagas	(144.491)	(93.515)	(1.733)	(7.311)	(247.050)
Perdas (ganhos) atuariais	510.838	482.115	7.317	87.735	1.088.005
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	1.845.105	2.245.400	42.817	426.977	4.560.299
				31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante				201.241	181.862
Passivo não circulante				4.359.058	3.220.182

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$276.663 (R\$224.041 em 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$40.637 (R\$49.342 em 2018).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2020 é como segue:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(415.724)	-	-	-	(415.724)
Estimativa de despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial	127.670	171.032	3.345	32.993	335.040

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2020 é como segue:

	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	543.986	100.274	1.858	12.228	658.346

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2020 no montante de R\$206.900 para amortização de déficit do Plano A e de R\$54.135 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida
Plano A	Plano B			
9,54	11,55	12,82	13,17	16,93

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2019	2018
Ações	9,51%	7,11%
Títulos de renda fixa	72,28%	71,92%
Imóveis	3,79%	4,69%
Outros	14,42%	16,28%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2019	2018
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	195.339	187.451
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	343.408	431.380
	538.747	618.831

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2019			2018		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,87%	7,09%	7,19%	9,02%	9,13%	9,16%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	6,87%	Não aplicável	Não aplicável	9,02%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,61%	3,61%	3,61%	4,01%	4,01%	4,01%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,61%	Não aplicável	4,85%	4,01%	Não aplicável	5,26%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	1,00%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	204.672	60.682	944	(10.941)	255.357
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(205.422)	(43.482)	(951)	11.661	(238.194)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	967.448	364.353	7.154	91.775	1.430.730

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

21. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2018	Adições	Reversões	Liquidações	2019
Trabalhistas	366.951	129.778	(37.411)	(76.403)	382.915
Cíveis					
Relações de consumo	17.945	20.375	(404)	(20.149)	17.767
Outras ações cíveis	28.084	14.933	(11.755)	(14.933)	16.329
	46.029	35.308	(12.159)	(35.082)	34.096
Tributárias	2.111	772.684	(227)	(220)	774.348
Ambientais	1.209	-	(1.207)	-	2
Regulatórias	16.990	111	(415)	(111)	16.575
Outras	6.599	8.305	(31)	(1.658)	13.215
Total	439.889	946.186	(51.450)	(113.474)	1.221.151

	2017	Adições	Reversões	Liquidações	2018
Trabalhistas	384.247	41.570	(17.710)	(41.156)	366.951
Cíveis					
Relações de consumo	17.608	16.532	(425)	(15.770)	17.945
Outras ações cíveis	41.896	6.698	(13.812)	(6.698)	28.084
	59.504	23.230	(14.237)	(22.468)	46.029
Tributárias	5.000	411	(2.889)	(411)	2.111
Ambientais	2	1.207	-	-	1.209
Regulatórias	23.647	4.073	(10.393)	(337)	16.990
Outras	8.577	1.588	(2.015)	(1.551)	6.599
Total	480.977	72.079	(47.244)	(65.923)	439.889

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões e aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.434.014 (R\$1.495.681 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$373.754 (R\$366.951 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$97.487 (R\$80.731 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$9.161 foram provisionados, devido à avaliação pela Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em abril de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$56.211 (R\$51.806 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$17.767 (R\$17.945 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$228.500 (R\$219.513 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$16.329 (R\$28.084 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$950.209 (R\$742.792 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$772.684 foram provisionados em 2019, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$54.579 (R\$41.326 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$1.218 (R\$2.111 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$208.537 (R\$207.586 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$16.575 (R\$16.990 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$321.567 (R\$291.262 em 31 de dezembro de 2018) dos quais R\$4.002 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$381.826 (R\$110.856 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$9.215 (R\$7.808 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$202.042 (R\$196.885 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$207.067 (R\$217.451 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$93.571 (R\$96.469 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa aos temas questionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$41.944 (R\$35.913 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$305.571 (R\$227.080 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$30.015 (R\$33.220 em 31 de dezembro de 2018).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$326.719 (R\$302.890 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$148.904 (R\$90.288 em 31 de dezembro de 2018) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Amortização Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Reavaliação	Total 31/12/2019
Em serviço	3,93	(4.184.097)	(5.595.769)	(9.779.866)
Participação da União, Estados e Municípios		(411.103)	(574.529)	(985.632)
Participação Financeira do Consumidor		(3.237.604)	(4.419.917)	(7.657.521)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(3.961)	(6.016)	(9.977)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(78.301)	(118.913)	(197.214)
Pesquisa e Desenvolvimento		(4.028)	(3.995)	(8.023)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		(306.080)	(464.836)	(770.916)
Outros				
Ultrapassagem de demanda		(42.051)	-	(42.051)
Excedente de reativos		(97.243)	-	(97.243)
Outros		(3.726)	(7.563)	(11.289)
(-) Amortização Acumulada - AIS	3,93	1.275.409	2.511.566	3.786.975
Participação da União, Estados e Municípios		74.749	330.513	405.262
Participação Financeira do Consumidor		992.530	1.801.136	2.793.666
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		1.932	3.500	5.432
Programa de Eficiência Energética - PEE		38.110	69.002	107.112
Pesquisa e Desenvolvimento		2.371	2.318	4.689
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		152.225	301.655	453.880
Outros		13.492	3.442	16.934
Em curso		(466.292)	-	(466.292)
Participação da União, Estados e Municípios		(66.524)	-	(66.524)
Participação Financeira do Consumidor		(265.107)	-	(265.107)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido		(3)	-	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(17.251)	-	(17.251)
Pesquisa e Desenvolvimento		(1.033)	-	(1.033)
Valores Pendentes de Recebimento		(116.374)	-	(116.374)
Total		(3.374.980)	(3.084.203)	(6.459.183)

	Saldo Inicial em 31/12/2018	Adição (A)	Transferências (B)	Saldo Final em 31/12/2019	Adições líquidas = (A) + (B)
Em serviço	(9.615.518)	(1.423)	(162.925)	(9.779.866)	(164.348)
Participação da União, Estados e Municípios	(975.581)	(534)	(9.517)	(985.632)	(10.051)
Participação financeira do consumidor	(7.503.224)	(889)	(153.408)	(7.657.521)	(154.297)
Doações e subvenções destinadas a invest. serviço concedido	(9.977)	-	-	(9.977)	-
Programa de eficiência energética - PEE	(197.214)	-	-	(197.214)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(8.023)	-	-	(8.023)	-
Universalização do serviço público de energia elétrica	(770.916)	-	-	(770.916)	-
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	(42.051)	-
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	(97.243)	-
Outros	(11.289)	-	-	(11.289)	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	3.412.664	374.311	-	3.786.975	374.311
Participação da união, estados e municípios	367.851	37.411	-	405.262	37.411
Participação financeira do consumidor	2.501.049	292.617	-	2.793.666	292.617
Doações e subvenções destinadas a invest.serviço concedido	5.042	391	-	5.433	391
Programa de eficiência energética – PEE	99.437	7.674	-	107.111	7.674
Pesquisa e desenvolvimento	4.214	474	-	4.688	474
universalização do serviço público de energia elétrica	424.166	29.715	-	453.881	29.715
Outros	10.905	6.029	-	16.934	6.029
Em curso	(358.483)	(270.734)	162.925	(466.292)	(107.809)
Participação da união, estados e municípios	(64.868)	(11.173)	9.517	(66.524)	(1.656)
Participação financeira do consumidor	(135.103)	(176.964)	46.960	(265.107)	(130.004)
Doações e subvenções destinadas a investimento no serviço concedido	(3)	-	-	(3)	-
Programa de eficiência energética - PEE	(17.251)	-	-	(17.251)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(483)	(550)	-	(1.033)	(550)
Valores pendentes de recebimento	(140.775)	(82.047)	106.448	(116.374)	24.401
Total	(6.561.337)	102.154	-	(6.459.183)	102.154

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998 (R\$2.771.998 em 31 de dezembro de 2018), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Aumento de capital

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de agosto de 2019 aprovou a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, no valor de R\$2.600.000, em capital social. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, para R\$5.371.998, sendo mantidos o número e características das ações.

c) Resultado societário por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2019	2018
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Resultado societário do exercício	1.644.366	534.870
Resultado societário básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,6970	0,2267

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado societário diluído por ação ordinária é igual ao resultado societário básico.

d) Outros resultados abrangentes

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego, que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, e da base de remuneração obrigatória - BRR, cujos valores estão demonstrados na tabela abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	1.993.579	1.275.496
Reserva de reavaliação	(144.735)	(273.554)
Outros resultados abrangentes	1.848.844	1.001.942

e) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Os dividendos declarados são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 16 de dezembro de 2019, a Diretoria Executiva deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$255.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$86.700, reconhecidos no resultado do exercício de 2019.

	2019
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido societário do exercício	1.644.366
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido societário	822.183
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	38.250
	860.433
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto	
Dividendos estatutários	605.433
Juros sobre capital próprio	255.000
	860.433
Dividendos por ação - R\$	
Dividendos obrigatórios registrados em conformidade ao estatuto	0,3647

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	267.435
Dividendos estatutários	605.433
Declaração de juros sobre capital próprio	255.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(38.250)
Pagamentos	(267.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	822.183

Proposta de destinação do lucro societário de 2019

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 31 de julho de 2020, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário de 2019, no montante de R\$1.644.366:

- R\$82.218, relativos a 5% do lucro líquido societário, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$255.000 de dividendos mínimos obrigatórios através de juros sobre o capital próprio (“JCP”), declarados em 16 de dezembro de 2019;
- R\$605.433 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$19.422 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2019 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$682.293 sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2020.

f) Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros apresentada nessas demonstrações contábeis regulatórias é demonstrada como segue:

	2019	2018
Reservas de lucros		
Reserva legal	333.948	251.730
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	37.308	17.886
Reserva de retenção de lucros societária	958.533	276.240
Absorção de prejuízos regulatórios	(319.381)	(301.579)
Reserva de retenção de lucros regulatória	639.152	(25.339)
	1.010.408	244.277

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital conforme demonstrado a seguir.

	2019	2018
Lucro líquido societário do exercício	1.644.366	534.870
Reserva legal	5%	5%
Reserva legal constituída	82.218	26.744

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros societárias referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$37.308 (R\$17.886 em 31 de dezembro de 2018).

24. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita bruta	Nº Consumidores (*)		GWh (*)		R\$	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento - faturado						
Residencial	6.966.696	6.817.365	10.538	10.267	5.096.665	4.497.664
Industrial	29.875	72.341	2.383	2.588	878.536	871.627
Comercial	805.811	720.535	5.215	5.190	2.565.328	2.204.052
Rural	647.064	712.792	3.792	3.614	1.344.765	1.164.137
Poder público	66.855	64.322	905	871	390.207	337.359
Iluminação pública	6.677	6.418	1.357	1.384	317.445	312.704
Serviço público	11.906	13.431	1.372	1.315	602.320	535.760
	8.534.884	8.407.204	25.562	25.229	11.195.266	9.923.303
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	(6.561)	7.586
Uso da rede elétrica de distribuição faturado						
Consumidores cativos	-	-	-	-	8.653.813	7.916.887
Consumidores livres	-	-	-	-	2.746.532	2.066.845
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	117.872	44.810
Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	57.988	1.973.064
					175.860	2.017.874
Serviços cobráveis	-	-	-	-	17.351	13.915
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.248.458	1.117.210
Outras receitas	-	-	-	-	-	84.092
Total	8.534.884	8.407.204	25.562	25.229	24.030.719	23.147.712

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2019	2018
Impostos sobre a Receita		
ICMS	5.417.298	4.821.866
PIS/Pasep	349.309	383.994
Cofins	1.608.939	1.768.648
ISSQN	756	927
	7.376.302	6.975.435
Encargos do Consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	68.584	64.309
Conta de desenvolvimento energético-CDE	2.213.435	2.450.044
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	27.434	25.724
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	27.434	25.724
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	13.717	12.862
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	294.004	654.470
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	18.801	17.222
	2.663.409	3.250.355
	10.039.711	10.225.790

25. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"

	2019	2018
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.429.355	1.350.891
Contratos por cotas de garantia física	754.595	698.310
Cotas das usinas de Angra I e II	269.172	266.846
Energia de curto prazo - CCEE	1.773.539	1.496.314
Contratos bilaterais	310.979	292.661
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	3.053.341	3.397.462
PROINFA	375.442	324.545
Geração distribuída	206.862	92.673
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(656.407)	(682.176)
	7.516.878	7.237.526
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	1.458.939	1.463.469
	8.975.817	8.700.995

26. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

a) Pessoal e administradores	2019	2018
Pessoal	1.319.169	1.223.933
Remuneração	487.578	506.895
Encargos	169.213	178.243
Previdência privada - corrente	45.625	47.442
Despesas rescisórias	22.807	65.756
Participação nos lucros e resultados - PLR	182.856	50.506
Outros benefícios - corrente	95.022	96.708
Benefícios pós-emprego - prev. privada - déficit ou superávit atuarial	82.076	70.328
Outros benefícios pós-emprego - déficit ou superávit atuarial	194.587	153.713
Outros	39.405	54.342
Administradores	9.639	15.959
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	8.771	14.357
Benefícios dos administradores	868	1.602
Total	1.328.808	1.239.892

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019)

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tivessem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 1º a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019 incluindo as verbas rescisórias foi de R\$65.312, correspondente à adesão total de 473 empregados, sendo R\$50.584 reconhecidos no resultado do exercício de 2018 (365 empregados) e R\$14.728 reconhecidos em 2019 (108 empregados).

b) Serviços de terceiros	2019	2018
Leitura de medidores e entrega de contas	126.801	126.940
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	361.850	293.016
Comunicação	64.623	65.858
Conservação e limpeza de prédios	81.246	79.019
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	57.484	37.223
Corte e religação	70.366	61.653
Podas de árvores	45.991	27.895
Serviços advocatícios e custas processuais	17.997	18.169
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	4.194	3.004
Serviços de tecnologia da informação	47.413	42.976
Mão de obra contratada	9.964	12.620
Hospedagem e alimentação	9.844	8.571
Vigilância	9.396	9.847
Impressão de fatura de energia elétrica	1.147	1.779
Manutenção e conservação de veículos	2.481	1.755
Reprografia e publicações legais	18.484	17.681
Consultoria	6.605	3.429
Despesas com transporte - pessoa jurídica	5.685	6.815
Inspeção de unidades consumidoras	14.124	9.562
Fretes e passagens	3.168	2.870
Outros	57.017	49.636
	1.015.880	880.318

c) Provisões (reversões) operacionais	2019	2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	243.388	272.950
Perdas estimadas para outros créditos a receber (reversão)	6.769	(5.386)
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável	2.665	42.029
Provisão (reversão) para contingências (nota 21)		
Trabalhistas	92.367	23.860
Cíveis	23.149	8.993
Tributárias	772.457	(2.478)
Ambientais	(1.207)	1.207
Regulatórias	(304)	(6.320)
Outras	8.274	(427)
	894.736	24.835
	1.147.558	334.428

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	36.058	19.046
Acréscimos moratórios de contas de energia	341.840	339.458
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 18)	7.854	-
Variações cambiais de Itaípu	19.197	24.810
Variações monetárias	11.210	6.531
Varição monetária depósitos judiciais	19.916	3.777
Varição monetária - ativos e passivos financeiros setoriais (nota 14)	212.904	206.693
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(51.221)	(28.177)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	1.034.352	-
Outras	30.478	31.368
	1.662.588	603.506
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos (nota 18)	(376.701)	(380.806)
Amortização do custo de transação (nota 18)	(25.737)	(12.606)
Encargos de variação monetária - Forluz	(40.637)	(49.342)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 18)	-	(2.584)
Variações cambiais de Itaípu	(32.251)	(53.848)
Varição monetária - empréstimos e financiamentos (nota 18)	(90.814)	(89.891)
Varição monetária - ativos e passivos financeiros setoriais (nota 14)	(107.502)	(144.670)
Varição monetária de P&D e PEE	(17.021)	(17.851)
Outras variações monetárias	(7.545)	(1.835)
Outras	(35.973)	(36.971)
	(734.181)	(790.404)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	928.407	(186.898)

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	345.929	244.960	-	-	166.263	163.152	-	-
ICMS - Antecipação (2)	-	-	-	-	-	10.902	-	-
Cemig								
Circulante								
Convênio de Cooperação (3)	-	-	7.234	20.268	-	-	(32.444)	(57.253)
Prestação de Serviços (4)	-	4.465	-	2.339	4.082	-	(1.693)	(18.172)
Operações com Energia Elétrica (5)	-	512	-	-	1.011	2.250	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	822.183	267.435	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	1.669	-	-	-	(7.479)	(663)
Operações com Energia Elétrica (5)	972	1.191	30.618	24.061	27.538	25.477	(270.418)	(248.199)
Mútuo Partes Relacionadas (6)	-	-	-	-	-	-	-	(9.263)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	7.620	7.172	39.102	33.912	(82.449)	(78.159)
Madeira Energia								
Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	3.504	42.046	-	-	4.246	85.624	-	-
Não circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	-	3.504	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	24.459	23.413	-	-	(217.358)	(202.301)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	924	885	-	-	(7.958)	(7.635)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	7.268	6.835	-	-	(83.595)	(91.238)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de Serviço (8)	-	-	3.177	128	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	567	544	4.916	4.151	(5.042)	(4.843)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	5.376	132.518	-	-	-	-	-	-
Investimentos Temporários	109.567	421.460	-	-	689	1.347	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (nota 18)	-	(13.015)	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Investimentos Temporários	269	56.003	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	104.928	89.247	-	-	(122.713)	(119.671)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(52.794)	(52.637)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(21.782)	(20.309)
Arrendamento Operacional (12)	135.147	-	24.396	1.375	-	-	(37.060)	(30.421)
Não circulante								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	1.740.177	1.266.798	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (12)	-	-	115.498	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	95.231	86.025	-	-	(164.333)	(134.087)
Não circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	2.192.986	1.643.675	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 encontram-se 20 parcelas em aberto. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Do total da dívida do Governo do Estado de Minas Gerais, R\$189.685 estão provisionados na forma de PECLD;
- Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais ocorrida em 2018;
- Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Referem-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme previsto no art. 28, §3º, I, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Cemig GT no montante de R\$630.000 liquidado em dezembro de 2018;
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela Selic, com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 31/12/2019 é R\$3.504;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Investimentos Temporários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2019.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2019	2018
				Cemig D 4,42% (1)	Cemig D 24,47% (1)
ETAU (2)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	-	2.463
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	1.754
GASMIG	Nota Promissória	107,00% do CDI	25/09/2020	447	-
				447	4.217

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

(2) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	2019	2018
Remuneração	8.771	14.357
Participação nos resultados	2.065	2.127
Benefícios assistenciais	868	1.523
Total	11.704	18.007

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2019		2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Investimentos temporários – aplicações financeiras	2	14.147	14.147	61.096	61.096
Consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia	2	3.016.510	3.016.510	3.033.783	3.033.783
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	422.034	422.034	244.960	244.960
Investimentos temporários - fundos vinculados	2	1.195	1.195	155	155
Ativos financeiros setoriais	3	3.430.693	3.430.693	3.730.452	3.730.452
Outros ativos - reembolso de subsídios tarifários	2	93.673	93.673	82.470	82.470
Outros ativos - subvenção baixa renda	2	29.582	29.582	30.232	30.232
Depósitos judiciais e cauções	2	1.766.042	1.766.042	1.707.668	1.707.668
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada	2	3.504	3.504	45.550	45.550
		8.777.380	8.777.380	8.936.366	8.936.366
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	2	41.574	41.574	358.548	358.548
Investimentos temporários					
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	13.900	13.900	147.372	147.372
Letras financeiras - bancos	2	82.203	82.203	252.367	252.367
Debêntures	2	15	15	4.133	4.133
		96.118	96.118	403.872	403.872
		137.692	137.692	762.420	762.420
		8.915.072	8.915.072	9.698.786	9.698.786
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.794.922)	(5.794.922)	(6.263.408)	(6.263.408)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(410.343)	(410.343)	(472.349)	(472.349)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(398.584)	(398.584)	(273.462)	(273.462)
Passivos financeiros setoriais	3	(2.549.079)	(2.549.079)	(2.649.759)	(2.649.759)
Fornecedores	2	(1.534.689)	(1.534.689)	(1.199.055)	(1.199.055)
		(10.687.617)	(10.687.617)	(10.858.033)	(10.858.033)

(1) Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 127,27% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,00%, CDI + 0,38% a CDI + 2,24%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2019		2018	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	4.478	18.051	6.695	25.936
Fornecedores (Itaipu binacional) (nota 16)	60.229	242.766	69.177	268.004
Passivo líquido exposto	64.707	260.817	75.872	293.940

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar em relação ao Real no final de 2020 será uma desvalorização de 0,76% (R\$4,00). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	Cenário base 31/12/2019	Cenário dólar R\$4,00	Cenário dólar R\$5,00	Cenário dólar R\$6,00
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	18.051	17.914	22.392	26.870
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 16)	242.766	240.917	301.146	361.375
Passivo líquido exposto	260.817	258.831	323.538	388.245
Efeito líquido da variação cambial		(1.986)	62.721	127.428

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2019. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2019	2018
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 6)	41.574	358.548
Investimentos temporários (nota 7)	111.460	465.123
Ativos financeiros setoriais (nota 14)	3.430.693	3.730.452
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada (nota 28)	3.504	45.550
	3.587.231	4.599.673
Passivos		
Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 18)	(2.164.083)	(3.673.054)
Passivos financeiros setoriais (nota 14)	(2.549.079)	(2.649.759)
	(4.713.162)	(6.322.813)
Passivo líquido exposto	(1.125.931)	(1.723.140)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2020, a taxa Selic será de 4,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2019	31 de dezembro de 2020		
	Valor contábil	Cenário Selic 4,2500%	Cenário Selic 5,3125%	Cenário Selic 6,3750%
Ativos				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 6)	41.574	43.341	43.783	44.224
Investimentos temporários (nota 7)	111.460	116.197	117.381	118.566
Ativos financeiros setoriais – Selic (nota 14)	3.430.693	3.576.497	3.612.949	3.649.400
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada - Selic (nota 28)	3.504	3.653	3.690	3.727
	3.587.231	3.739.688	3.777.803	3.815.917
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 18)	(2.164.083)	(2.256.057)	(2.279.050)	(2.302.043)
Passivos financeiros setoriais (nota 14)	(2.549.079)	(2.657.415)	(2.684.499)	(2.711.583)
	(4.713.162)	(4.913.472)	(4.963.549)	(5.013.626)
Passivo líquido exposto	(1.125.931)	(1.173.784)	(1.185.746)	(1.197.709)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(47.853)	(59.815)	(71.778)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2019	2018
Ativos		
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	422.034	247.010
	422.034	247.010
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 18)	(3.618.880)	(2.552.141)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 18)	(410.343)	(472.349)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 18)	(398.584)	(273.462)
	(4.427.807)	(3.297.952)
Passivo líquido exposto	(4.005.773)	(3.050.942)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2020, o IPCA será de 3,43% e o IGP-M de 4,88%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - elevação da inflação	31/12/2019	31 de dezembro de 2020		
	Valor contábil	Cenário IPCA 3,4300% IGPM 4,8800%	Cenário IPCA 4,2875% IGPM 6,1000%	Cenário IPCA 5,1450% IGPM 7,3200%
Ativos				
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M (nota 28)	422.034	442.629	447.778	452.927
	422.034	442.629	447.778	452.927
Passivos				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 18)	(3.618.880)	(3.743.008)	(3.774.039)	(3.805.071)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 18)	(410.343)	(424.418)	(427.936)	(431.455)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 18)	(398.584)	(412.255)	(415.673)	(419.091)
	(4.427.807)	(4.579.681)	(4.617.648)	(4.655.617)
Passivo líquido exposto	(4.005.773)	(4.137.052)	(4.169.870)	(4.202.690)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(131.279)	(164.097)	(196.917)

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.287	653.559	424.377	4.499.480	1.911.185	7.497.888
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	8.711	17.562	80.100	403.456	-	509.829
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.852	7.759	88.916	153.549	456.885	710.961
	21.850	678.880	593.393	5.056.485	2.368.070	8.718.678
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.255.041	278.685	963	-	-	1.534.689
	1.276.891	957.565	594.356	5.056.485	2.368.070	10.253.367

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2019, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$627.878.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 30%	Entre 5,0% e 7,0%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo
2. Os bancos A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia e com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 18.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2019	2018
Total do passivo	29.071.008	24.068.807
Caixa e equivalentes de caixa	(234.346)	(451.304)
Investimentos temporários - fundos vinculados	(1.195)	(155)
Passivo líquido	28.835.467	23.617.348
Total do patrimônio líquido	4.533.562	4.614.333
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	6,36	5,12

30. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2019 a 29/04/2020	US\$3.370 US\$14.000	US\$34
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2019 a 02/11/2020	R\$120.007	R\$117
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2020 a 08/01/2021	R\$744.134	R\$201
Equipamentos de telecomunicações (2)	Incêndios	08/07/2019 a 08/07/2020	R\$31.083	R\$28
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (3)	Total	07/12/2019 a 07/12/2020	R\$528.071	R\$695

(1) Valores expressos em R\$ mil ou US\$ mil;

(2) Nova contratação em processo administrativo;

(3) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos relacionados a compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.404.502	1.387.948	1.418.281	1.461.428	1.461.428	30.689.978	37.823.565
Transporte de energia elétrica de Itaipu	239.871	251.157	264.301	251.212	237.782	1.441.069	2.685.392
Compra de energia - leilão	3.291.704	3.433.541	3.521.711	3.601.320	4.034.986	55.236.849	73.120.111
Compra de energia elétrica – Contratos bilaterais	325.568	324.687	324.687	324.687	217.408	143.871	1.660.908
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	284.104	277.881	280.072	287.736	290.089	6.079.189	7.499.071
Cotas de garantias físicas	796.440	796.440	796.440	796.440	796.440	16.725.233	20.707.433
	<u>1.404.502</u>	<u>1.387.948</u>	<u>1.418.281</u>	<u>1.461.428</u>	<u>1.461.428</u>	<u>30.689.978</u>	<u>37.823.565</u>

32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 28 de maio de 2019, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior.

Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2019 até 27 de maio de 2020.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia capitalizou encargos financeiros no imobilizado e intangível no montante total de R\$20.661 (R\$28.458 em 31 de dezembro de 2018). Essas operações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

34. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2019				2018			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa		234.346	-	-	234.346	451.304	-	-	451.304
Consumidores	34.2.4	2.990.083	31.468	-	3.021.551	2.876.096	(16.234)	-	2.859.862
Concessionárias e permissionárias		242.229	-	-	242.229	195.122	-	-	195.122
Serviços em curso	34.2.6	589.110	(589.110)	-	-	373.860	(373.860)	-	-
Tributos Compensáveis		29.101	-	-	29.101	53.841	-	-	53.841
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		235.745	-	-	235.745	165.061	-	-	165.061
Almoxarifado operacional		31.408	-	-	31.408	26.826	-	-	26.826
Investimentos temporários	34.1.1	111.155	-	(1.195)	109.960	408.924	-	(155)	408.769
Ativos financeiros setoriais	34.2.1	2.555.462	(1.915.301)	-	640.161	2.689.722	(2.042.848)	-	646.874
Despesas pagas antecipadamente	34.1.2	7.782	-	(7.782)	-	1.973	-	(1.973)	-
Outros ativos circulantes	34.1.1 34.1.2 34.1.3 34.2.1	446.787	(4.414)	20.284	462.657	469.861	-	2.128	471.989
TOTAL DO CIRCULANTE		7.473.208	(2.477.357)	11.307	5.007.158	7.712.590	(2.432.942)	-	5.279.648
Bens destinados à alienação	34.1.3	11.307	-	(11.307)	-	5.055	-	(5.055)	-
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores	34.2.4	135.820	(135.109)	-	711	132.364	(131.653)	-	711
Concessionárias e permissionárias		70.412	-	-	70.412	75.161	-	-	75.161
Tributos compensáveis		5.141.553	-	-	5.141.553	181.663	-	-	181.663
Depósitos judiciais e cauções		1.766.042	-	-	1.766.042	1.707.668	-	-	1.707.668
Tributos diferidos	34.2.10	1.831.491	(89.947)	-	1.741.544	1.348.837	(14.416)	-	1.334.421
Investimentos temporários		305	-	-	305	56.199	-	-	56.199
Ativos financeiros setoriais	34.2.1	875.231	(633.778)	-	241.453	1.040.730	(606.911)	-	433.819
Ativos financeiros da concessão	34.2.1	-	459.711	-	459.711	-	395.743	-	395.743
Bens e direitos para uso futuro	34.1.4	94	-	(94)	-	94	-	(94)	-
Serviços em curso	34.2.6	44.975	(44.975)	-	-	209.130	(209.130)	-	-
Outros ativos não circulantes	34.1.4 34.1.5	31.934	-	5.628	37.562	34.506	(1.382)	10.690	43.814
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	34.1.5	5.534	-	(5.534)	-	5.541	-	(5.541)	-
Imobilizado	34.2.1 34.2.5	15.793.337	(15.793.337)	-	-	15.778.920	(15.778.920)	-	-
Ativos de contrato	34.2.5	-	740.044	-	740.044	-	518.162	-	518.162
Intangível	34.2.1 34.2.2 34.2.5	423.327	8.515.293	-	8.938.620	394.682	8.495.388	-	8.890.070
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	34.2.9	-	212.948	-	212.948	-	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		26.120.055	(6.769.150)	-	19.350.905	20.965.495	(7.333.119)	5.055	13.637.431
ATIVO TOTAL		33.604.570	(9.246.507)	-	24.358.063	28.683.140	(9.766.061)	-	18.917.079

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2019				2018			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Circulante									
Fornecedores		1.534.689	-	-	1.534.689	1.199.055	-	-	1.199.055
Empréstimos, financiamentos e debêntures		902.949	-	-	902.949	1.500.615	-	-	1.500.615
Obrigações sociais e trabalhistas		281.831	-	-	281.831	244.333	-	-	244.333
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		822.183	-	-	822.183	267.435	-	-	267.435
Benefício pós-emprego		201.241	-	-	201.241	181.862	-	-	181.862
Tributos		192.731	-	-	192.731	297.725	-	-	297.725
Encargos setoriais	34.2.6	1.010.629	(727.268)	-	283.361	881.302	(512.018)	-	369.284
Passivos financeiros setoriais	34.2.1	1.915.301	(1.915.301)	-	-	2.042.848	(2.042.848)	-	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	34.2.9	-	64.034	-	64.034	-	-	-	-
Outros passivos Circulantes		428.301	-	-	428.301	510.661	-	-	510.661
TOTAL DO CIRCULANTE		7.289.855	(2.578.535)	-	4.711.320	7.125.836	(2.554.866)	-	4.570.970
NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos, financiamentos e debêntures		4.891.973	-	-	4.891.973	4.762.793	-	-	4.762.793
Benefício pós-emprego		4.359.058	-	-	4.359.058	3.220.182	-	-	3.220.182
Tributos		436	-	-	436	24.923	-	-	24.923
Provisão para litígios		1.221.151	-	-	1.221.151	439.889	-	-	439.889
Encargos setoriais	34.2.6	8.785	93.183	-	101.968	190.148	(70.972)	-	119.176
Passivos financeiros setoriais	34.2.1	633.778	(633.778)	-	-	606.911	(606.911)	-	-
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos ao consumidor		4.193.329	-	-	4.193.329	1.123.680	-	-	1.123.680
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	34.2.9	-	157.160	-	157.160	-	-	-	-
Outros Passivos Não Circulantes		13.460	-	-	13.460	13.108	-	-	13.108
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	34.2.2	6.459.183	(6.459.183)	-	-	6.561.337	(6.561.337)	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		21.781.153	(6.842.618)	-	14.938.535	16.942.971	(7.239.220)	-	9.703.751
TOTAL DO PASSIVO		29.071.008	(9.421.153)	-	19.649.855	24.068.807	(9.794.086)	-	14.274.721
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social		5.371.998	-	-	5.371.998	2.771.998	-	-	2.771.998
Ajustes de avaliação patrimonial	34.2.1 34.2.10	(1.848.844)	(144.735)	-	(1.993.579)	(1.001.942)	(273.554)	-	(1.275.496)
Reservas de lucros	34.2.1 34.2.2 34.2.4 34.2.9 34.2.10	1.010.408	319.381	-	1.329.789	244.277	301.579	-	545.856
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	2.600.000	-	-	2.600.000
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.533.562	174.646	-	4.708.208	4.614.333	28.025	-	4.642.358
TOTAL DO PASSIVO E PAT.LÍQUIDO		33.604.570	(9.246.507)	-	24.358.063	28.683.140	(9.766.061)	-	18.917.079

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2019				2018			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
RECEITA		24.030.719	1.929.032	-	25.959.751	23.147.712	834.938	-	23.982.650
Fornecimento de energia elétrica		11.313.138	-	-	11.313.138	9.968.113	-	-	9.968.113
Energia elétrica de curto Prazo		(6.561)	-	-	(6.561)	7.586	-	-	7.586
Disponibilização do sistema de distribuição		11.400.345	-	-	11.400.345	9.983.732	-	-	9.983.732
Ativos e passivos financeiros setoriais		57.988	-	-	57.988	1.973.064	-	-	1.973.064
Serviços cobráveis		17.351	-	-	17.351	13.915	-	-	13.915
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.248.458	-	-	1.248.458	1.117.210	-	-	1.117.210
Receita de construção	34.2.3	-	936.332	-	936.332	-	756.964	-	756.964
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	34.2.1	-	17.839	-	17.839	-	325	-	325
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	34.2.7	-	(57.897)	-	(57.897)	-	(44.326)	-	(44.326)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	34.2.8	-	830.343	-	830.343	-	-	-	-
Outras receitas	34.2.8	-	202.415	-	202.415	84.092	121.975	-	206.067
TRIBUTOS		(7.376.302)	(1.299)	-	(7.377.601)	(6.975.435)	-	-	(6.975.435)
ICMS	34.2.8	(5.417.298)	(1.299)	-	(5.418.597)	(4.821.866)	-	-	(4.821.866)
PIS/Pasep		(349.309)	-	-	(349.309)	(383.994)	-	-	(383.994)
Cofins		(1.608.939)	-	-	(1.608.939)	(1.768.648)	-	-	(1.768.648)
ISS		(756)	-	-	(756)	(927)	-	-	(927)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(2.663.409)	-	-	(2.663.409)	(3.250.355)	-	-	(3.250.355)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(68.585)	-	-	(68.585)	(64.310)	-	-	(64.310)
Programa de EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE		(68.584)	-	-	(68.584)	(64.309)	-	-	(64.309)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE		(2.213.435)	-	-	(2.213.435)	(2.450.044)	-	-	(2.450.044)
Taxa de fisc. de serviços de energia elétrica – TFSEE		(18.801)	-	-	(18.801)	(17.222)	-	-	(17.222)
Encargos do consumidor Bandeiras tarifárias		(294.004)	-	-	(294.004)	(654.470)	-	-	(654.470)
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO		13.991.008	1.927.733	-	15.918.741	12.921.922	834.938	-	13.756.860
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA “A”		(8.975.817)	-	-	(8.975.817)	(8.700.995)	-	-	(8.700.995)
Energia elétrica comprada para revenda		(7.516.878)	-	-	(7.516.878)	(7.237.526)	-	-	(7.237.526)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.458.939)	-	-	(1.458.939)	(1.463.469)	-	-	(1.463.469)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		5.015.191	1.927.733	-	6.942.924	4.220.927	834.938	-	5.055.865
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA “B”		(3.723.233)	(1.671.907)	-	(5.395.140)	(3.517.668)	(599.692)	-	(4.117.360)
Pessoal e administradores		(1.328.808)	-	-	(1.328.808)	(1.239.892)	-	-	(1.239.892)
Materiais		(62.632)	-	-	(62.632)	(57.526)	-	-	(57.526)
Serviços de terceiros		(1.015.880)	-	-	(1.015.880)	(880.318)	-	-	(880.318)
Arrendamentos e aluguéis	34.2.8 34.2.9	(83.753)	68.866	-	(14.887)	(71.530)	-	-	(71.530)
Seguros		(4.136)	-	-	(4.136)	(1.825)	-	-	(1.825)
Doações, contribuições e subvenções		(29.032)	-	-	(29.032)	(13.092)	-	-	(13.092)
Provisões	34.2.4	(1.147.558)	44.246	2.665	(1.100.647)	(334.428)	2.228	-	(332.200)
Perdas na alienação de bens e direitos	34.1.7 34.2.1	(99.011)	13.527	-	(85.484)	(85.856)	3.374	6.066	(76.416)
(-) Recuperação de despesas		38.126	-	-	38.126	41.052	-	-	41.052
Tributos		(6.753)	-	-	(6.753)	(6.305)	-	-	(6.305)
Depreciação e amortização	34.2.1 34.2.2 34.2.9	(763.556)	111.348	-	(652.208)	(824.241)	229.319	-	(594.922)
Custo de construção	34.2.3	-	(936.332)	-	(936.332)	-	(756.964)	-	(756.964)
Gastos diversos	34.1.7 34.2.7	(302.175)	57.897	(2.665)	(246.943)	(221.782)	44.326	(6.066)	(183.522)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	34.2.8	830.343	(830.343)	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	34.2.8	251.592	(201.116)	-	50.476	178.075	(121.975)	-	56.100
RESULTADO DA ATIVIDADE		1.291.958	255.826	-	1.547.784	703.259	235.246	-	938.505
Resultado Financeiro		928.407	(26.018)	-	902.389	(186.898)	-	-	(186.898)
Receitas financeiras	34.1.6	1.662.588	-	(127.793)	1.534.795	603.506	-	(169.530)	433.976
Despesas financeiras	34.1.6 34.2.9	(734.181)	(26.018)	127.793	(632.406)	(790.404)	-	169.530	(620.874)
Resultado Antes dos tributos sobre o Lucro		2.220.365	229.808	-	2.450.173	516.361	235.246	-	751.607
Tributos sobre o Lucro	34.2.10	(727.673)	(78.134)	-	(805.807)	(136.753)	(79.984)	-	(216.737)
Resultado Líquido do Exercício		1.492.692	151.674	-	1.644.366	379.608	155.262	-	534.870

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Nota	2019	2018
Patrimônio Líquido Societário		4.708.208	4.642.358
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	34.2.1	(595.730)	(604.758)
	34.2.1		
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	34.2.2	219.249	414.430
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.2.4	103.641	147.887
Operações de Arrendamento	34.2.9	8.245	-
Tributos diferidos (IR/CSLL)	34.2.10	89.948	14.416
Ajustes no PL acumulados no exercício		(174.646)	(28.025)
Patrimônio líquido regulatório		4.533.562	4.614.333

e) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2019	2018
Resultado do Exercício Societário		1.644.366	534.870
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	34.2.1	(17.839)	(325)
Amortização - ativo financeiro BRR	34.2.1	26.867	26.876
	34.2.1		
Depreciação/Amortização - custo histórico base de remuneração regulatória (BRR)	34.2.2	(189.308)	(256.195)
	34.2.1		
Base de remuneração regulatória (BRR) – perdas (reversão)	34.2.2	(13.527)	(3.374)
Amortização do direito de uso	34.2.9	(17.773)	-
Juros de arrendamento	34.2.9	26.018	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.2.4	(44.246)	(2.228)
Tributos diferidos (IR/CSLL)	34.2.10	78.134	79.984
Total de ajustes		(151.674)	(155.262)
Resultado do exercício -regulatório		1.492.692	379.608

As principais alterações entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e as demonstrações financeiras societárias são como segue:

34.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão identificadas a seguir:

34.1.1 Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em outros ativos circulantes.

34.1.2 Despesas pagas antecipadamente

Na contabilidade regulatória os valores referentes às despesas pagas antecipadamente são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.23 do MCSE .

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

34.1.3 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.27 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos circulantes.

34.1.4 Bens e direitos para uso futuro

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e direitos para uso futuro são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.36 do MCSE .

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos não circulantes.

34.1.5 Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica são apresentados em rubrica própria, conforme previsto no MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos não circulantes.

34.1.6 Variação cambial de Itaipu e atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade regulatória, o resultado financeiro de variação cambial de Itaipu e atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância ao MCSE, conforme técnicas de funcionamento 7.2.22 e 7.2.89 respectivamente.

Na contabilidade societária o resultado financeiro é apresentado líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

34.1.7 Perda na alienação de materiais

Na contabilidade regulatória os valor referente à perda na alienação de materiais deve ser apresentado em conta específica, no grupo de perdas na alienação de bens e direitos, conforme técnica de funcionamento 7.2.27 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados na linha de outros custos (gastos diversos).

34.2 Ajustes de práticas contábeis

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão identificados a seguir:

34.2.1 Ativos financeiros de infraestrutura e ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos de infraestrutura

Na contabilidade societária, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1).

A amortização societária reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro a valor justo, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária somente são feitas as atualizações do valor justo do ativo financeiro da concessão e a amortização do intangível no resultado do exercício.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade regulatória, os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais (CVA e outros componentes financeiros) são reconhecidos, em contas de ativo e passivo determinadas para este fim, segregados em curto e longo prazo, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE (técnica de funcionamento 7.2.173). O resultado financeiro apurado sobre esses itens é apresentado nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância às técnicas de funcionamento 7.2.22 e 7.2.89 do MCSE.

Na contabilidade societária os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados na rubrica ativo financeiro setorial da concessão e passivo financeiro setorial da concessão de forma líquida para o mesmo período de apuração, e somados aos demais ativos e passivos financeiros da concessão. O resultado financeiro é apresentado pelo líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

34.2.2 Obrigações especiais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, em observância ao MCSE (técnica de funcionamento 7.2.5).

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas a custo histórico redutoras do ativo financeiro, ativo intangível e/ou ativos de contrato em conformidade com o IFRS 12/ICPC 01 (R1).

34.2.3 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registradas receitas e custos de construção.

Na contabilidade societária são registradas receitas e custos de construção correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia em ativos da concessão, em conformidade ao previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1) e IFRS 15/CPC 47.

34.2.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD

Na contabilidade regulatória, os valores da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD são calculados conforme parâmetros definidos no item 6.3.3 e da técnica de funcionamento 7.2.8 do MCSE.

Na contabilidade societária, a PECLD é calculada de acordo com a IFRS 9/CPC 48, que determina que as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 nas demonstrações financeiras societárias foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, sem transitar pelo resultado do exercício.

34.2.5 Ativos de contrato

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 impactaram na classificação e mensuração dos ativos vinculados à infraestrutura, já que os mesmos estão sob alcance da IFRIC 12/ICPC 01 (R1). Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Com base nas características contratuais, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão, durante o período de construção, passaram a ser classificados como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados, sendo posteriormente bifurcados entre ativo financeiro e intangível, na entrada em operação.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados como ativo imobilizado e ativo intangível.

34.2.6 Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com as técnicas de funcionamento 7.2.98 e 7.2.99 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária é realizada a compensação entre ativo e o passivo e os valores são apresentados pelo líquido. Quando o resultado da compensação for um direito a receber o valor líquido será apresentado em outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização. Caso o valor líquido da compensação represente uma obrigação da Companhia, os valores serão apresentados no passivo circulante ou não circulante, na rubrica encargos regulatórios, considerando a sua expectativa de realização.

34.2.7 Multa por violação de padrão indicador de continuidade

Os ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, são reconhecidos como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD), conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Na contabilidade regulatória os valores continuam sendo apresentados como despesa, na rubrica de gastos diversos, conforme disposto na técnica de funcionamento 7.2.221 do MCSE.

34.2.8 Outras receitas operacionais

Arrendamentos e aluguéis e Prestação de serviços

Na contabilidade societária, as receitas auferidas com arrendamentos e aluguéis e prestação de serviços são apresentadas no grupo de receita operacional, compondo o total da receita líquida.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados no grupo de outras receitas operacionais, na rubrica de arrendamentos e aluguéis e outros, conforme técnicas de funcionamento 7.2.184 e 7.2.185 do MCSE.

Outras receitas operacionais

Tratam-se de valores referentes às demais receitas operacionais e tributos incidentes sobre essas receitas que, na contabilidade societária são somados à receita operacional e na contabilidade regulatória são apresentadas como redutoras dos custos gerenciáveis (parcela B), conforme item 6.2.15 - Atividade não Vinculada à Concessão, do MCSE, e técnicas de funcionamento 7.2.189 e 7.2.190 do MCSE.

34.2.9 Operações de arrendamento mercantil

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 16/CPC 06 (R2) impactaram a mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil. Conforme requerido no pronunciamento, os arrendatários devem contabilizar todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Na contabilidade regulatória estes valores são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

34.2.10 Efeitos fiscais – imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais correspondentes aos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19 – Coronavírus – Impactos para a Cemig

A pandemia Covid-19 vem se propagando rapidamente, causando efeitos econômicos rigorosos, inclusive no mercado brasileiro. A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação. Considerando a severidade das restrições aos negócios e à interação social durante a pandemia, combinada aos movimentos das taxas de juros e câmbio, a Companhia estima que os resultados da retração econômica devem ter um impacto negativo em sua posição patrimonial.

Nesse cenário, a intervenção nas políticas de mercado e as iniciativas para reduzir a transmissão do Covid-19 provavelmente levarão à redução no consumo de energia elétrica e conseqüentemente da receita de venda de energia, bem como ao incremento na inadimplência.

A partir da observação dos primeiros efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e está avaliando as circunstâncias da pandemia Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o seu impacto sistemático. De acordo com a Resolução nº 878/2020, a Aneel implementou algumas medidas na tentativa de manter o serviço público de distribuição de energia, incluindo a vedação ao corte de energia devido à inadimplência para algumas classes de consumidores. Essas medidas podem aumentar a inadimplência, causando pressão sobre o fluxo de caixa, mas não é possível mensurar precisamente os seus efeitos até o momento, que podem ser mitigados pelas possíveis intervenções do Governo Federal com o intuito de suportar as distribuidoras de energia.

A Companhia não prevê nenhuma interrupção de suas operações no futuro próximo. Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança de seus empregados, incluindo restrição a viagens nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e eventos nas dependências da Cemig, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para certos grupos de empregados, etc..

Em relação às medidas governamentais temporárias destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise, destaca-se a edição, em 8 de abril de 2020, da Medida Provisória nº 950/2020, que prevê desconto de 100% no cálculo da Tarifa Social de Energia Elétrica, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, com parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês. A medida também autoriza a União a destinar recursos para a CDE, limitado a R\$ 900 milhões, para cobertura dos descontos tarifários criados.

Devido à continuidade da pandemia e à imprevisibilidade dos resultados das medidas governamentais, bem como da persistência do choque econômico, o impacto final da situação ainda é incerto. Assim, até o momento, não é possível mensurar com precisão o impacto negativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, que pode ser relevante.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretoria Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores cumulativamente com o
cargo de Superintendente de
Controladoria
CRC-MG 53.140

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria Cemig Distribuição

Rafael Falcão Noda
Diretoria Cemigpar

Paulo Mota Henriques
Diretoria sem denominação

Eduardo Soares
Diretoria de Regulação e Jurídico

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora - CRC-MG 77.839

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia reconheceu em 2019 créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$ 4.926.364 mil decorrentes do trânsito em julgado da Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito desta a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, a partir de julho de 2003.

Adicionalmente, baseada na opinião dos seus assessores legais, a Companhia registrou passivo no montante de R\$ 3.037.989 mil, referente a parcela dos créditos que será restituída aos seus consumidores.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade do tema, a necessidade de julgamento por parte da Administração, o grande volume de documentação analisada, a existência de divergências entre as decisões judiciais e o posicionamento da Receita Federal quanto à metodologia de cálculo dos créditos em questão, assim como pela ausência de precedentes e posicionamento formal do órgão regulador (ANEEL) a respeito do período para determinação do montante e da sistemática de devolução dos créditos levantados aos consumidores.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para determinar o valor dos créditos a serem reconhecidos e a sua expectativa de realização, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores; (ii) testes de integridade e acurácia das informações utilizadas pela Companhia; (iii) confronto das bases de cálculo dos créditos levantados com controles auxiliares, registros contábeis e documentos fiscais; (iv) reprocessamento dos cálculos de atualização financeira; (v) envolvimento dos nossos especialistas de tributos na análise da decisão judicial favorável à Companhia, das conclusões e embasamentos legais apresentados nos pareceres dos seus assessores legais, incluindo aqueles que suportaram a determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores, assim como para nos auxiliar na avaliação das bases de cálculo, documentação suporte e atualização dos créditos reconhecidos; e (vi) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins reconhecidos e respectivos valores provisionados a serem restituídos aos consumidores, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios para determinar o valor dos créditos em questão e premissas significativas subjacentes à determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações contábeis regulatórias, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível da concessão nos montantes de R\$15.793.337 mil e R\$423.327 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2019, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R\$1.208.614 mil.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis regulatórias vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 19 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

Concessionária: Cemig Distribuição S.A.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações
com Investidores
cumulativamente com o cargo de
Superintendente de
Controladoria
CRC-MG 53.140

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações Contadora – CRC-MG
77.839

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

(...)

X - fornecer informação falsa a Aneel;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs relativas ao exercício de 2019 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 30 de abril de 2020, declaram não conhecer quaisquer eventos que possam afetar substancialmente as DCRs e que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

aa.) Gustavo de Oliveira Barbosa
Cláudio Morais Machado
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
Marco Aurélio de Barcelos Silva
Rodrigo de Mesquita Pereira